



**BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.**

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 13.574.594/0001-96

NIRE 35.300.393.180

**MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO**

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

**DATA: 27 DE ABRIL DE 2018**

**HORÁRIO: 10:00 HORAS**

## ÍNDICE

APRESENTAÇÃO .....	3
EDITAL DE CONVOCAÇÃO .....	4
INFORMAÇÕES GERAIS .....	6
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO .....	10
ANEXO I .....	12
ANEXO II .....	17
ANEXO III .....	59

## APRESENTAÇÃO

O presente manual ("**Manual**") tem por objetivo prestar esclarecimentos e orientações a V.Sa. acerca das matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("**AGOE**") do BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. ("**Companhia**"), a ser realizada em 27 de abril de 2018, às 10:00 horas. A AGOE será realizada na sede social da Companhia, localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 161, 10º andar, sala 1003, CEP 06454-000.

Assim, nos termos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 481**") e das disposições do estatuto social da Companhia, seguem, neste Manual, as informações a respeito dos procedimentos e prazos relativos à AGOE, bem como a apresentação da proposta da Administração.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ/MF nº 13.574.594/0001-96  
NIRE 35.300.393.180

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas do BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurante S.A. ("**Companhia**") convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("**AGOE**"), a ser realizada em 27 de abril de 2018, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 161, 10º andar, sala 1003, CEP 06454-000, para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

**(A) Em Assembleia Geral Ordinária:**

- (i) apreciação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; e
- (ii) aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

**(B) Em Assembleia Geral Extraordinária:**

- (i) aprovação da absorção dos prejuízos acumulados, mediante a utilização de parcela do saldo da reserva de capital; e
- (ii) aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2018.

1. **Documentos à disposição dos acionistas.** Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no *website* da Companhia ([www.burgerking.com.br/ri](http://www.burgerking.com.br/ri)), bem como nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)), conforme previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), e Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 481**").
2. **Participação dos acionistas na AGOE.** Poderão participar da AGOE ora convocada os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, ou, ainda, via boletim de voto à distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração.

Os Acionistas que optarem por participar presencialmente ou por procurador devidamente constituído deverão comparecer à AGOE munidos dos seguintes documentos: (a) documento de identidade, o comprovante de titularidade de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária; e, se for o caso, (b) instrumentos de mandato para

representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Nos termos da Instrução CVM 481, a Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes na Proposta da Administração.

3. **Apresentação dos Documentos para Participação na AGOE.** Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGOE, solicita-se aos acionistas da Companhia o depósito dos documentos relacionados no item 2 acima na sede da Companhia, localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 161, 10º andar, sala 1003, CEP 06454-000, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores ou do Departamento Jurídico, com antecedência mínima de 24 horas a contar da hora marcada para a realização da AGOE. Não obstante o disposto acima, os acionistas que comparecerem à AGOE munidos de tais documentos poderão participar e votar, ainda que tenham deixado de depositá-los previamente.

Barueri, 28 de março de 2018.

**Carlos Eduardo Martins e Silva**

Presidente do Conselho de Administração

## INFORMAÇÕES GERAIS

### 1. Instalação da AGOE

A AGOE instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Acionistas representando, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social total com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, mediante a publicação de novo edital, instalar-se-á com qualquer número de Acionistas presentes.

### 2. Orientação para participação dos Acionistas na AGOE

A participação do Acionista na AGOE poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído (observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações), ou por meio dos mecanismos de votação à distância.

#### 2.1. Participação pessoalmente ou representado por procurador

Os Acionistas deverão apresentar-se na AGOE portando comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira prestadora dos serviços de ações escriturais e/ou agente de custódia, bem como os seguintes documentos:

- (a) **pessoas físicas:** documento de identidade com foto do Acionista ou de seu representante legal, quando representado por procurador, cópia autenticada do documento que comprove os poderes do signatário;
- (b) **pessoas jurídicas:** cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e
- (c) **fundos de investimento:** cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is).

Aos Acionistas que forem representados por meio de procuração, deverá ser apresentado o instrumento de mandato outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

Aos Acionistas que se farão representar por meio de procuração, informamos que a Companhia exigirá o reconhecimento de firma das procurações assinadas no território brasileiro e a notariação e apostilação daquelas assinadas fora do país.

Juntamente com a procuração, cada Acionista que não for pessoa física ou que não assinar a procuração em seu próprio nome, deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo.

A Companhia examinará a procuração e os documentos comprobatórios de representação e, se não puder validar a representação com base nos documentos recebidos, poderá não aceitar a procuração para o procurador designado, em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM 481.

Conforme entendimento do Colegiado da CVM em reunião realizada em 04 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ 2014/3578), os Acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados na AGOE por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade representada e conforme as regras do Código Civil ou da Lei das Sociedades por Ações, a depender do tipo societário do Acionista, não sendo necessário que o mandatário seja acionista, administrador da Companhia ou advogado.

## **2.2. Participação por mecanismo de voto à distância**

O Acionista que resolver exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo por uma das opções abaixo descritas:

### **2.2.1 Mediante instruções de voto transmitidas pelos Acionistas ao escriturador das ações de emissão da Companhia**

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas no Itaú Corretora de Valores S.A. (“Itaú”), na qualidade de escriturador das ações da Companhia.

Os acionistas elegíveis que desejarem utilizar esta opção deverão realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no seguinte endereço: <http://www.italu.com.br/securitiesservices/assembleiadigital>.

### **2.2.2 Mediante instruções de voto transmitidos pelos Acionistas aos seus respectivos agentes de custódia**

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas com instituições e/ou corretoras (“**Agentes de Custódia**”) na B3. Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos Acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelos Agentes de Custódia que mantêm suas posições em custódia.

O Acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto ao Agente de Custódia com o qual mantém suas ações em custódia, observadas as regras determinadas por esse último, que, na sequência, encaminhará tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto à distância é facultativo para os Agentes de Custódia, recomendamos que o Acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM 481, o Acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim de voto à distância para seus Agentes de Custódia até 7 dias antes da data de realização da AGOE, ou seja, até 19 de abril de 2018, inclusive, salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido por seus Agentes de Custódia.

A Companhia informa que caso o respectivo Agente de Custódia não preste o serviço de voto a distância o Acionista terá a opção de enviar seu boletim de voto à distância e documentos aplicáveis diretamente ao escriturador das ações de emissão da Companhia ou à própria Companhia, conforme itens 2.2.1 acima e 2.2.3 abaixo. A Companhia não é responsável pela comunicação entre os Acionistas e seus respectivos Agentes de Custódia.

### 2.2.3 Mediante envio do boletim de voto à distância preenchido e assinado diretamente à Companhia

Caso os acionistas queiram encaminhar sua orientação de voto diretamente à Companhia, deverão acessar o *website* de Relações com Investidores da Companhia ([www.burgerking.com.br/ri](http://www.burgerking.com.br/ri)) ou o *website* da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>), imprimir o boletim de voto à distância, preenchê-lo, rubricar todas as páginas e assiná-lo.

Na sequência, deverão encaminhar, além do boletim de voto à distância devidamente preenchido, rubricado e assinado, cópia autenticada dos documentos indicados abaixo, todos os quais deverão ser recebidos pela Companhia até o dia 19 de abril de 2018, inclusive, para o seguinte endereço postal: BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A., A/C Diretoria de Relações com Investidores, Alameda Rio Negro, nº 161, 10º andar, sala 1003, CEP 06454-000, Barueri, SP

Documentação autenticada a ser encaminhada a Companhia juntamente com o boletim de voto à distância

O Acionista que optar por enviar o boletim de voto à distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar, além da via física original do boletim de voto à distância devidamente preenchido, rubricado e assinado, os seguintes documentos: comprovante da instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia (artigo 41 da Lei das Sociedades por Ações) para comprovar sua qualidade de acionista; e cópia autenticada dos seguintes documentos de identificação:

- (a) **pessoa física:** documento de identidade com foto do Acionista ou de seu representante legal, quando representado por procurador, cópia autenticada do documento que comprove os poderes do signatário;
- (b) **pessoa jurídica:** cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e
- (c) **fundo de investimento:** cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is).

**A Companhia exigirá o reconhecimento de firma dos boletins de voto à distância assinados no território brasileiro e a notariação e apostilação daqueles assinados fora do país.**

Observamos que, antes de seu encaminhamento à Companhia, os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos por tradutor juramentado para a língua portuguesa. As respectivas traduções juramentadas deverão ser registradas no Registro de Títulos e Documentos.

Solicitamos ao Acionista que antecipe o encaminhamento dos documentos à Companhia, enviando as vias digitalizadas do boletim de voto à distância e dos documentos acima referidos para o seguinte endereço eletrônico: [ri@burgerking.com.br](mailto:ri@burgerking.com.br). De qualquer modo, é indispensável que a Companhia receba a via original do boletim de voto à distância e cópia



autenticada dos demais documentos encaminhados anteriormente por e-mail pelo Acionista até o dia 19 de abril de 2018, inclusive, no seguinte endereço postal: BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A., A/C Diretoria de Relações com Investidores, Alameda Rio Negro, nº 161, 10º andar, sala 1003, CEP 06454-000, Barueri, SP.

Em até 3 (três) dias contados do recebimento das vias físicas dos referidos documentos, a Companhia enviará aviso ao Acionista, por meio do endereço eletrônico indicado pelo Acionista no boletim de voto à distância, a respeito do recebimento dos documentos e de sua aceitação.

Eventuais boletins de voto à distância recepcionados pela Companhia após 19 de abril de 2018 serão desconsiderados.

### **3 Esclarecimentos adicionais:**

Nos termos da Instrução CVM 481, os documentos de interesse dos Acionistas para a participação na AGOE estão anexos a este Manual e também disponíveis na sede e no *website* da Companhia (<http://burgerking.riweb.com.br/>), bem como nos *websites* da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)).

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

### BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ/MF nº 13.574.594/0001-96  
NIRE 35.300.393.180

### PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2018

Senhores Acionista,

A administração (“**Administração**”) da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurante S.A. (“**Companhia**”) apresenta aos senhores sua proposta acerca das matérias a serem submetidas à deliberação de V.Sas. na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária convocada para o dia 27 de abril de 2018, às 10:00 horas, na sede social da Companhia (“**AGOE**”).

**1. Apreciação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.**

A Administração propõe a V. Sas. a aprovação do relatório da administração, das contas dos administradores, e das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 06 de março de 2018.

Vale notar que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S., empresa especializada de auditoria independente da Companhia, emitiu parecer sem ressalvas a respeito das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Ademais, a Administração recomenda a V. Sas. que examinem detalhadamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, o relatório dos administradores, as notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, os quais foram devidamente disponibilizados à consulta de V. Sas. nos *websites* da Companhia ([www.burgerking.com.br](http://www.burgerking.com.br)), da B3 ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e publicados, em 17 de março de 2018, no Jornal da Cidade de Barueri e em 13 de março de 2018 no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

De acordo com o disposto no artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481, a Companhia informa aos Acionistas que os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, estão previstos no Anexo II deste Manual.

**2. Aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.**

O lucro líquido consolidado da Companhia, apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, foi de R\$3.818.767,73.

Nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e do artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações, a totalidade do lucro líquido foi utilizado para a absorção de parcela dos prejuízos acumulados.

Dessa forma, a Administração não propõe destinação do lucro líquido apurado no exercício, uma vez que, por determinação legal, o resultado do exercício deve, antes de qualquer participação ou destinação, ser deduzido pelos prejuízos acumulados.

A proposta completa de destinação do resultado, na forma do Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481, consta do Anexo I deste Manual.

**3. Aprovação da absorção dos prejuízos acumulados, mediante a utilização de parcela do saldo da reserva de capital.**

O saldo da reserva de capital da Companhia, conforme apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, foi de R\$915.721.664,34. Além disso, a Companhia registrou, em 31 de dezembro de 2017, prejuízos acumulados de R\$194.364.626,39.

Nos termos do artigo 200, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, a reserva de capital poderá ser utilizada para absorção dos prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros.

Tendo em vista que a Companhia não registrou, em 31 de dezembro de 2017, lucros acumulados tampouco saldo nas reservas de lucros, a Administração propõe a V. Sas a absorção da parcela remanescente dos prejuízos acumulados no valor de R\$194.364.626,39, mediante a utilização de parcela do saldo da Reserva de Capital.

**4. Aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2018.**

O Conselho de Administração propõe à AGOE a aprovação da remuneração global anual dos administradores da Companhia (Conselho de Administração e Diretoria) no montante de até R\$18.299.249,22, sendo (i) R\$0,00 referentes ao Conselho de Administração; e (ii) R\$18.299.249,22 referentes à Diretoria.

A remuneração ora proposta considera as despesas de remuneração correspondentes aos Administradores para o exercício social de 2018.

Em observância ao disposto no artigo 12 da Instrução CVM 481, além da proposta de remuneração dos administradores, a Companhia apresenta as informações do item 13 do Formulário de Referência no Anexo III deste Manual.

## **ANEXO I**

### **PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(conforme artigo 9º, parágrafo único, inciso II, da Instrução CVM 481 na forma do Anexo 9-1-II)

**1. Informar o lucro líquido do exercício**

A Companhia auferiu lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$3.818.767,73.

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

Não aplicável, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

**3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

Não aplicável, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

**4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

Não aplicável.

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

**a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Não aplicável, uma vez que não haverá distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

**b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável, uma vez que não haverá distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável, uma vez que não haverá distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Não aplicável, uma vez que não haverá distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não aplicável, uma vez que não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

**b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

Não aplicável, uma vez que não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe**

(em R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2017	2016	2015	2014
<b>Lucro Líquido/Prejuízo</b>	3.818.767,73	(93.455.058,34)	(36.757.054,49)	(35.934.165,57)
<b>Dividendos distribuídos</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Valor por Ação</b>	N/A	N/A	N/A	N/A

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

**a. Identificar o montante destinado à reserva legal**

Não aplicável, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

Não aplicável, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

**9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

**a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

**b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

**c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

**d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

**e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

O artigo 28 do estatuto social da Companhia estabelece que o lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma: (i) 5% (cinco por cento) serão destinados para a reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e (ii) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

Não aplicável, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

**c. Informar o montante eventualmente retido**

Não aplicável, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia**

**a. Informar o montante da retenção**

Não aplicável, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

Não aplicável, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

**c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

**a. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

**b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não aplicável, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

**c. Explicar porque a perda foi considerada provável**

Não aplicável, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

**d. Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

**a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não aplicável, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

**b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

Não aplicável, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

**b. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

**c. Descrever como o montante foi calculado**

Não aplicável, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

**a. Identificar o montante da retenção**

Não aplicável, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

**a. Informar o montante destinado à reserva**

Não aplicável, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

**b. Explicar a natureza da destinação**

Não aplicável, tendo em vista que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi absorvido pelos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.



## ANEXO II

### ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

(conforme artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481)

#### 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia foi constituída em 06 de abril de 2011, sob a denominação social CMNPAR Seventeen Participações S.A., cujo objeto social consistia na participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior.

O direito e exploração de restaurantes com a marca BURGER KING® foi obtido mediante contrato “*Master Franchise*” firmado com a Burger King Corporation em 9 de julho de 2011. Os direitos de exploração possuem duração de 20 anos para cada loja, contados a partir da celebração de cada “*Unit Addendum*”, podendo ser renovados por mais 20 anos, caso haja interesse das partes.

#### Quebra por tipo de Loja

Em 31 de dezembro de 2017, nós possuíamos 697 restaurantes em operação no Brasil, sendo 526 restaurantes próprios e 171 restaurantes operados por franqueados.

#### Quebra por Região

Considerando os restaurantes próprios, a Companhia possui operações em todas as cinco regiões do país e presença nos principais estados brasileiros, como demonstrado na tabela abaixo:

Em unidades	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Estado de São Paulo	278	256	230
Estado do Rio de Janeiro	82	76	59
Estado do Rio Grande do Sul	32	29	26
Estado de Minas Gerais	23	21	17
Estado do Paraná	16	14	10
Distrito Federal	15	16	15
Estado do Ceará	12	12	11
Estado da Bahia	12	11	11
Estado de Pernambuco	11	9	9
Estado do Espírito Santo	10	10	10
Estado de Goiás	7	3	2
Estado do Pará	6	5	3
Estado do Maranhão	5	4	3
Estado de Alagoas	4	4	4
Estado da Paraíba	4	3	2
Estado de Sergipe	4	2	2
Estado do Rio Grande do Norte	3	3	3
Estado do Piauí	2	2	2
<b>Total de Restaurantes</b>	<b>526</b>	<b>480</b>	<b>419</b>

As informações financeiras constantes neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas Demonstrações Financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

#### (a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir, apresentamos as informações sobre a estrutura financeira e patrimonial da Companhia nas datas abaixo indicadas:

Em milhares de Reais	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Patrimônio líquido	1.617.194	540.320	438.435
Ativo circulante	1.338.448	429.000	325.669
Endividamento total <sup>(1)</sup>	485.707	607.973	505.813
Endividamento líquido <sup>(2)</sup>	(706.307)	275.297	264.064

<sup>(1)</sup> O endividamento total corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante, vide reconciliação na seção 3.2 deste Formulário de Referência. O endividamento total não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - “IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o seu endividamento total de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

<sup>(2)</sup> O endividamento líquido corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante, deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, títulos e valores mobiliários vinculado e instrumentos financeiros (swap), registrados no nosso ativo circulante, e títulos e valores mobiliários registrados no ativo não circulante, vide reconciliação na seção 3.2 deste Formulário de Referência. O endividamento líquido não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - “IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o seu endividamento total de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía uma dívida líquida de R\$706 milhões, o que representa uma redução quando comparado a 31 de dezembro de 2016, quando possuía uma dívida líquida de R\$275,3 milhões. Essa melhora no endividamento líquido reflete a entrada de recursos captados na abertura de capital da Companhia, realizada em dezembro de 2017, além das amortizações de dívidas financeiras existentes e maior geração de caixa operacional dentro do exercício.

Em 31 de dezembro de 2017, o nosso índice de liquidez corrente (que corresponde ao quociente da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) era de 2,83, e em 31 de dezembro de 2016 era de 0,54. Ademais, o nosso índice de liquidez geral (que corresponde ao quociente da divisão (i) do resultado da soma do ativo circulante e do ativo não circulante, exceto imobilizado e intangível, pelo (ii) resultado da soma do passivo circulante e do passivo não circulante) era de 1,75, e em 31 de dezembro de 2016 era de 0,53.

Em decorrência da consistente evolução dos resultados operacionais da Companhia durante os últimos anos e da confortável situação de liquidez e capital, a Diretoria entende que a Companhia

possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para à condução da operação da empresa, e cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos operacionais.

**(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital**

A Companhia apresentou, nos últimos anos, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, na visão da Diretoria, com as atividades da Companhia, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Passivo circulante e não circulante (capital de terceiros)	798.361	888.142	758.120
Patrimônio líquido (capital próprio)	1.617.194	540.320	438.435
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido (capital de terceiros + capital próprio)</b>	<b>2.415.555</b>	<b>1.428.462</b>	<b>1.196.555</b>
Capital de terceiros <sup>(1)</sup>	33,1%	62,2%	63,4%
Capital próprio <sup>(2)</sup>	66,9%	37,8%	36,6%

<sup>(1)</sup> O capital de terceiros corresponde ao passivo circulante acrescido do passivo não circulante dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

<sup>(2)</sup> O capital próprio corresponde ao quociente da divisão do patrimônio líquido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2015, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$438,4 milhões, passando para R\$540,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. Este aumento de R\$101,9 milhões decorreu principalmente do aporte de capital ocorrido em 08 de agosto de 2016 da acionista Montjuic Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, o qual foi parcialmente compensado por prejuízo líquido registrado no período.

Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$540,3 milhões, passando para R\$1.617,2 milhões em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R\$1.076,9 milhões decorreu principalmente da captação dos recursos oriundos do IPO; exercício de opções de ações pelos administradores, aporte de capital da Montjuic; e lucro líquido registrado no período.

A Diretoria acredita que a atual estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas de curto e longo prazo e as necessidades de suas operações.

**(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A tabela abaixo demonstra os principais indicadores financeiros da Companhia:

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Endividamento líquido <sup>(1)</sup>	(706.307)	275.297	264.064
EBITDA Ajustado (Covenants) <sup>(2)</sup>	205.175	133.553	86.170
Índice de endividamento total <sup>(3)</sup>	(3,44)	2,06	3,06
Índice de liquidez corrente <sup>(4)</sup>	2,83	0,54	0,83

Índice de liquidez geral <sup>(5)</sup>	1,75	0,53	0,45
---	------	------	------

<sup>(1)</sup> O endividamento líquido corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante, deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, títulos e valores mobiliários vinculado e instrumentos financeiros (swap), registrados no nosso ativo circulante, e títulos e valores mobiliários registrados no ativo não circulante, vide reconciliação na seção 3.2 deste Formulário de Referência. O endividamento líquido não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o seu endividamento total de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

<sup>(2)</sup> O EBITDA Ajustado (*Covenants*) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, que consiste no lucro (prejuízo), líquido do exercício/período, acrescido do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização do imobilizado e intangível, ajustado pelas despesas pré-operacionais, despesas com aquisição e incorporação e outras despesas, que incluem baixa ativos imobilizado e intangível, resultado com sinistros e provisão para *Impairment*. O EBITDA Ajustado (*Covenants*) não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro (prejuízo) líquido do exercício/período ou como indicadores de desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, nem como indicador de liquidez da Companhia, vide a reconciliação do prejuízo do exercício/período para o EBITDA Ajustado na seção 3.2 deste Formulário de Referência.

<sup>(3)</sup> O índice de endividamento total corresponde ao quociente da divisão do endividamento líquido pelo EBITDA Ajustado (*Covenants*) dos últimos doze meses.

<sup>(4)</sup> O índice de liquidez corrente corresponde ao quociente da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante da Companhia.

<sup>(5)</sup> O índice de liquidez geral corresponde ao quociente da divisão (i) do resultado da soma do ativo circulante e do ativo não circulante (exceto imobilizado e intangível); pelo (ii) resultado da soma do passivo circulante e do passivo não circulante da Companhia.

Liquidez: em 31 de dezembro de 2017, o ativo circulante da Companhia era de R\$1.338,4 milhões, superior em R\$865,4 milhões ao passivo circulante, que era de R\$473,0 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 2,83. Em 31 de dezembro de 2016, o índice de liquidez corrente era de 0,54.

Endividamento: em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, o índice de endividamento total era de (3,44), 2,06 e 3,06, respectivamente, reduzindo consideravelmente principalmente devido a entrada de recursos captados na abertura de capital da Companhia, realizada em dezembro de 2017.

Tendo em vista a forte geração de caixa operacional, a capacidade de captação de recursos locais e o baixo índice de endividamento total da Companhia, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos até a data deste Formulário de Referência e possui condições de gerar e/ou captar recursos no mercado para implementar os seus planos de negócios e investimentos e cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a Companhia possui confortáveis níveis de liquidez quando observados os últimos exercícios.

#### **(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.**

Nos últimos três exercícios sociais, nossas necessidades para capital de giro e investimentos vêm sendo financiadas por meio da combinação de recursos próprios e recursos de terceiros. Dessa forma, conforme nossas necessidades, realizamos captações no mercado de capitais local e/ou obtemos empréstimos e financiamentos para fazer frente às nossas necessidades de caixa. Nossa principal fonte para investimentos em ativos circulantes e não-circulantes são as debêntures, incluindo no âmbito de Certificados de Recebíveis Agrícolas (CRAs), emitidos no mercado de capitais local.

**(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

**(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

Em 31 de dezembro de 2017, o endividamento total (representado pela soma dos empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante) da Companhia atingiu o montante de R\$485,7 milhões, enquanto seu caixa líquido (endividamento total menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, títulos e valores mobiliários vinculado e instrumentos financeiros (swap), registrados no nosso ativo circulante, e títulos e valores mobiliários registrados no nosso ativo não circulante) era de R\$706,3 milhões, impactado pela entrada de recursos da abertura de capital da Companhia na bolsa, realizado em dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento total (representado pela soma dos empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante) da Companhia atingiu o montante de R\$608,0 milhões, enquanto seu endividamento líquido (endividamento total menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, títulos e valores mobiliários vinculado e instrumentos financeiros (swap), registrados no nosso ativo circulante, e títulos e valores mobiliários registrados no nosso ativo não circulante) era de R\$275,3 milhões, representando um aumento de 20,2% em seu endividamento total e uma elevação de 4,3% em seu endividamento líquido quando comparado com o endividamento total e o endividamento líquido em 31 de dezembro de 2015.

Finalmente, o índice de endividamento total da Companhia, era de (3,44) em 31 de dezembro de 2017, 2,06 em 31 de dezembro de 2016, e 3,06 em 31 de dezembro de 2015. Para maiores informações sobre as cláusulas restritivas presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, vide item 10.1 (i) deste Formulário de Referência.

A tabela abaixo indica os indicadores de dívida da Companhia:

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Endividamento total <sup>(1)</sup>	485.707	607.973	505.813
Endividamento líquido <sup>(2)</sup>	(706.307)	275.297	264.064
EBITDA Ajustado ( <i>Convenants</i> ) <sup>(3)</sup>	205.175	133.553	86.170
Índice de endividamento total <sup>(4)</sup>	(3,44)	2,06	3,06

<sup>(1)</sup> O endividamento total corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante.

<sup>(2)</sup> O endividamento líquido corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante, deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, títulos e valores mobiliários vinculado e instrumentos financeiros (swap), registrados no nosso ativo circulante, e títulos e valores mobiliários registrados no ativo não circulante, vide reconciliação na seção 3.2 deste Formulário de Referência. O endividamento líquido não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o seu endividamento total de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

(3) O EBITDA Ajustado (*Covenants*) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, que consiste no prejuízo do exercício/período, acrescido do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização do imobilizado e intangível, ajustado pelas despesas pré-operacionais, despesas com aquisição e incorporação e outras despesas, que incluem baixa ativos imobilizado e intangível, resultado com sinistros e provisão para *Impairment*. O EBITDA Ajustado (*Covenants*) não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro (prejuízo) líquido do exercício/período ou como indicadores de desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, nem como indicador de liquidez da Companhia, vide a reconciliação do prejuízo do exercício/período para o EBITDA Ajustado na seção 3.2 deste Formulário de Referência.

(4) O índice de endividamento total corresponde ao quociente da divisão do endividamento líquido pelo EBITDA Ajustado (*Covenants*) dos últimos doze meses.

#### **i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

O endividamento total da Companhia é composto, principalmente por (i) emissões de debêntures; e (ii) contratos de financiamento, conforme descritos abaixo:

Contrato de Abertura de Crédito nº 71.2015.26.99: Em 23 de março de 2016, a Companhia, contratou financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, no montante de R\$44.724.660,99, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia, com vencimento previsto para 23 de março de 2023. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 11,18% ao ano calculado e capitalizado mensalmente e exigível trimestralmente no dia 23 de cada mês, durante o período de 23 março de 2016 a 23 de março de 2018, e mensalmente durante o período de amortização a partir de 23 de abril de 2018, juntamente com as prestações vincendas de principal, e no vencimento e na liquidação da dívida, sobre o saldo devedor médio diário do período de cálculo.

Contrato de Abertura de Crédito nº 192.2014.75.3887: Em 31 de janeiro de 2014, a BGNE Restaurantes e Comércio de Alimentos, posteriormente incorporada pela Companhia, contratou financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, no montante de R\$5.196.769,08, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia, com vencimento previsto para 31 de janeiro de 2026. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 5,3% ao ano sobre R\$663.470,60 e 6,48% ao ano sobre R\$4.533.298,48, calculado e capitalizado mensalmente e exigível trimestralmente no dia 31 de cada mês, durante o período de 31 de janeiro de 2014 a 31 de janeiro de 2016, e mensalmente durante o período de amortização a partir de 29 de fevereiro de 2016, juntamente com as prestações vincendas de principal, e no vencimento e na liquidação da dívida, sobre o saldo devedor médio diário do período de cálculo.

1ª Emissão de Debêntures: Em 24 de abril de 2013, a Companhia realizou a 1ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor total de R\$150.000.000,00 com vencimento em 24 de abril de 2018. Os juros remuneratórios das debêntures são de 100% da Taxa DI acrescida de sobretaxa de 1,85% ao ano.

2ª Emissão de Debêntures: Em 14 de março de 2014, a Companhia realizou a 2ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor total de R\$100.000.000,00 com vencimento em 14 de março de 2019. Os juros remuneratórios das debêntures são de 100% da Taxa DI acrescida de sobretaxa de 2,45% ao ano.

3ª Emissão de Debêntures: Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia realizou a 3ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor total de R\$100.000.000,00, com vencimento em 30 de dezembro de 2019. Os juros remuneratórios das debêntures são de 100% da Taxa DI acrescida de sobretaxa de 2,45% ao ano.

4ª Emissão de Debêntures: Em 31 de agosto de 2015, a Companhia realizou a 4ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor total de R\$51.354.000,00 com vencimento em 28 de fevereiro de 2019. Os juros remuneratórios das debêntures são de 100% da Taxa DI acrescida de sobretaxa de 1,10% ao ano.

5ª Emissão de Debêntures: Em 31 de agosto de 2015, a Companhia realizou a 5ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor total de R\$51.354.000,00 com vencimento em 28 de fevereiro de 2019. Os juros remuneratórios das debêntures são de 100% da Taxa DI acrescida de sobretaxa de 1,10% ao ano.

6ª Emissão de Debêntures: Em 04 de maio de 2016, a Companhia realizou a 6ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor total de R\$80.000.000,00, com vencimento em 04 de maio de 2020. Os juros remuneratórios das debêntures são de 100% da Taxa DI acrescida de sobretaxa de 2,95% ao ano.

7ª Emissão de Debêntures: Em 20 de outubro de 2016, a Companhia realizou a 7ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor total de R\$202.500.000,00 com vencimento em 20 de outubro de 2020. Os juros remuneratórios das debêntures são de 100% da Taxa DI acrescida de sobretaxa de 0,80% ao ano.

**ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras além daquelas já descritas no item anterior.

**iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia**

Nenhuma das dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas existentes em 31 de dezembro de 2017 possui cláusula específica contratual de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. Assim, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas segue o quanto determinado na legislação em vigor e nas garantias constituídas e encontra-se apresentado na seção 3.8 deste Formulário de Referência.

**iv. restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

Possuímos certas restrições, negociáveis, impostas em nossos contratos atuais de empréstimos, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos descritos acima possuem restrições que podem causar o vencimento antecipado da dívida nas hipóteses de: (a) alteração do controle direto ou indireto da Companhia; (b) ressalvado, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, realização de qualquer pagamento de dividendos pela Companhia, juros sob capital próprio ou de qualquer tipo de participação nos resultados, caso a Companhia esteja em mora com relação às obrigações contraídas; e (c) descumprimento de determinados índices financeiros medidos anualmente, conforme descritos abaixo.

Contratos de abertura de Crédito: A Companhia deverá observar o seguinte índice financeiro (a) dívida líquida/ EBITDA Ajustado, em limite igual ou inferior a 3,5x durante a vigência dos contratos.

1ª Emissão de Debêntures: A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros (a) dívida líquida / EBITDA Ajustado, em limite igual ou inferior a 2,5x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (b) EBITDA Ajustado / despesa líquida financeira, em limite igual ou superior a 2,5x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (c) distribuição de dividendos ao percentual máximo de 25% de seu resultado líquido.

2ª Emissão de Debêntures: A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros (a) dívida líquida / EBITDA Ajustado, em limite igual ou inferior a 2,5x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e exercícios sociais subsequentes; (b) EBITDA Ajustado/ despesa líquida financeira, em limite igual ou superior a 2,5x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 3,0x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; e (c) distribuição de dividendos ao percentual máximo de 25% de seu resultado líquido.

3ª Emissão de Debêntures: A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros (a) dívida líquida / EBITDA Ajustado, em limite igual ou inferior a 2,5x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e exercícios sociais subsequentes; (b) EBITDA Ajustado / despesa líquida financeira, em limite igual ou superior a 2,5x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 3,0x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; e (c) distribuição de dividendos ao percentual máximo de 25% de seu resultado líquido.

4ª Emissão de Debêntures: A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros (a) dívida líquida / EBITDA Ajustado, em limite igual ou inferior a 3,0x nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018 e exercícios sociais subsequentes; e (b) distribuição de dividendos ao percentual máximo de 25% de seu resultado líquido.

5ª Emissão de Debêntures: A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros (a) dívida líquida / EBITDA Ajustado em limite igual ou inferior a 3,0x nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018 e exercícios sociais subsequentes; e (b) distribuição de dividendos ao percentual máximo de 25% de seu resultado líquido.

6ª Emissão de Debêntures: A Companhia deverá observar o seguinte índice financeiro: dívida líquida / EBITDA Ajustado em limite igual ou inferior a 2,5x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e exercícios sociais subsequentes.

7ª Emissão de Debêntures: A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros (a) dívida líquida / EBITDA Ajustado, em limite igual ou inferior a 3,25x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 3,0x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e nos exercícios sociais subsequentes; e (b) distribuição de dividendos ao percentual máximo de 25% de seu resultado líquido.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia estava em conformidade com todas as restrições e índices financeiros estabelecidos nos contratos financeiros, conforme acima descrito.

Durante o exercício social de 2016, o índice EBITDA Ajustado sobre resultado financeiro de 3,5x originalmente previsto nas escrituras de debêntures da 1ª, 2ª e 3ª emissões não foi atingido. Logo, foi necessária a obtenção de *waiver* junto aos credores, evitando o vencimento antecipado das dívidas em função do descumprimento do índice mencionado, o qual foi obtido em 07 de março de 2017. Adicionalmente, a Companhia renegociou este índice para os anos subsequentes, alterando em 2017 de 3,5 (três e meio) para 2,5 (dois e meio) e em 2018 de 3,5 (três e meio) para 3,0 (três).



Determinadas debêntures de emissão da Companhia preveem a necessidade de obtenção de consentimento prévio dos credores em função da alteração da estrutura de controle da Companhia. Como consequência, a Companhia convocou algumas assembleias gerais de debenturistas para deliberar sobre a concessão dos consentimentos prévios necessários.

**(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía R\$485,7 milhões de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), incluindo as debêntures e os contratos de abertura de crédito, mencionados no item (f) acima.

Nesta data a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido integralmente realizado.

**(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

**COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	AH (%)
Receita operacional líquida	1.783.838	100	1.393.284	100,0	28,0
Custo das mercadorias e dos produtos vendidos	(687.871)	-38,6	(526.302)	-37,8	30,7
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.095.967</b>	<b>61,4</b>	<b>866.982</b>	<b>62,2</b>	<b>26,4</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(1.030.659)</b>	<b>-57,8</b>	<b>(852.162)</b>	<b>-61,2</b>	<b>20,9</b>
Com vendas	(935.209)	-52,4	(776.163)	-55,7	20,5
Gerais e administrativas	(95.450)	-5,4	(75.999)	-5,5	25,6
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos</b>	<b>65.308</b>	<b>3,7</b>	<b>14.820</b>	<b>1,1</b>	<b>340,7</b>
Despesas financeiras	(84.689)	-4,8	(142.073)	-10,2	-40,4
Receitas financeiras	28.425	1,6	41.534	3,0	-31,6
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(56.264)</b>	<b>-3,2</b>	<b>(100.539)</b>	<b>-7,2</b>	<b>-44,0</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>9.044</b>	<b>0,5</b>	<b>(85.719)</b>	<b>-6,2</b>	<b>-110,6</b>
Imposto de renda e contribuição social	(5.225)	-0,3	(7.737)	-0,6	-32,5
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>3.819</b>	<b>0,2</b>	<b>(93.456)</b>	<b>-6,7</b>	<b>-104,1</b>

**Receita Operacional Líquida**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a receita operacional líquida da Companhia aumentou 28,0% ou R\$390,5 milhões, passando de R\$1.393,3 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$1.783,8 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento

nas vendas comparáveis nos mesmos restaurantes de 13,8% no período, decorrente das aberturas de novos restaurantes, maturação de unidades abertas em 2016, da contínua consolidação da marca no País e da estratégia de marketing da Companhia.

Por último, as receitas líquidas de prestações de serviços, as quais são compostas principalmente por receitas oriundas de franqueados, cresceu 25,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando comparado a 2016, refletindo o forte crescimento da plataforma de franqueados no país, o qual atingiu a marca de 171 restaurantes 31 de dezembro de 2017. No quadro a seguir apresentamos a composição das vendas:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	AH (%)
Receita bruta de vendas	1.917.672	107,5	1.499.991	107,7	27,8
Deduções das receitas de vendas	(148.082)	-8,3	(118.053)	-8,5	25,4
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>1.769.590</b>	<b>99,2</b>	<b>1.381.938</b>	<b>99,2</b>	<b>28,1</b>
Receita bruta de prestações de serviços	15.089	0,8	12.042	0,9	25,3
Deduções das receitas de prestações de serviços	(841)	0,0	(696)	-0,1	20,7
<b>Receita líquida de prestações de serviços</b>	<b>14.248</b>	<b>0,8</b>	<b>11.346</b>	<b>0,8</b>	<b>25,6</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.783.838</b>	<b>100,0</b>	<b>1.393.284</b>	<b>100,0</b>	<b>28,0</b>

### Custo das mercadorias e dos produtos vendidos

O custo das mercadorias e dos produtos vendidos aumentou 30,7% ou R\$161,6 milhões, passando de R\$526,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$687,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Aumento decorrente principalmente devido ao forte aumento de vendas, assim como o custo logístico e frete em virtude da migração de lojas para o cenário de compras pelo centro de distribuição próprio.

### Lucro Bruto

O lucro bruto da Companhia aumentou 26,4% ou R\$229,0 milhões, passando de R\$867,0 milhões, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, para R\$1.096,0 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A variação positiva do lucro bruto reflete principalmente o forte crescimento de receita operacional líquida, resultante do aumento do número de novas lojas e forte crescimento de vendas comparáveis nos mesmos restaurantes.

A margem bruta da Companhia decresceu 80 bps, passando de 62,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para 61,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A margem bruta foi impactada pelo maior custo da mercadoria vendida, assim como campanhas de marketing realizadas no período.

### Despesas Operacionais com Lojas

As despesas operacionais com lojas da Companhia aumentaram em R\$159,0 milhões ou 20,5%, alcançando R\$935,2 milhões ou 52,4% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$776,2 milhões ou 55,7% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação refletiu principalmente:

- (i) As despesas com pessoal (despesas com lojas) aumentaram 21,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, de R\$252,9 milhões no exercício social encerrado

em 31 de dezembro de 2016 para R\$308,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Estas despesas representaram 17,3% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de 80 *bps*. quando comparado ao mesmo período de 2016, principalmente devido a benefícios de alavancagem operacional refletindo o forte crescimento de vendas comparáveis nos mesmos restaurantes de 13,8%, valor consideravelmente superior à inflação registrada no período.

- (ii) As despesas com ocupação e *utilities* (despesas com lojas) aumentaram 30,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, de R\$170,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$221,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Estas despesas representaram 12,4% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o qual representa um aumento de 20 *bps*. quando comparado ao mesmo período de 2016.

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	AH (%)
Despesas com pessoal	(308.198)	33,0	(252.877)	32,6	21,9
Royalties e fundo de marketing	(160.078)	17,1	(135.778)	17,5	17,9
Despesas com ocupação e <i>utilities</i>	(221.930)	23,7	(169.922)	21,9	30,6
Depreciações e amortizações	(110.197)	11,8	(94.206)	12,1	17
Despesas pré-operacionais (*)	(6.138)	0,7	(6.255)	0,8	-1,9
Serviços diversos	(39.127)	4,2	(44.516)	5,7	-12,1
Reparos e manutenções	(27.678)	3	(21.868)	2,8	26,6
Outras	(61.863)	6,6	(50.741)	6,5	21,9
<b>Despesas com lojas</b>	<b>(935.209)</b>	<b>100,0</b>	<b>(776.163)</b>	<b>100,0</b>	<b>20,5</b>

(\*) As despesas pré-operacionais de restaurantes são representadas, principalmente, por custos com salários e encargos dos profissionais das lojas, serviços prestados por terceiros e outras despesas geradas antes das inaugurações das lojas.

### Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram em R\$19,5 milhões ou 25,6%, alcançando R\$95,5 milhões ou 5,4% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$76,0 milhões ou 5,5% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do aumento das despesas com pessoal (despesas gerais e administrativas), que cresceu 25,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em relação ao exercício social anterior, devido a contratações de colaboradores na matriz para suportar o aumento de restaurantes. Ademais, houve um aumento nas baixas de ativos imobilizados e intangíveis no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, refletindo contabilização de restaurantes próprios fechados no período, baixa de ativos relacionados à implementação do novo software de Ponto de Venda, e baixa de ativos obsoletos e sucateados.

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	AH (%)
Despesas com pessoal	(85.845)	89,9	(68.498)	90,1	25,3
Despesas com ocupação e <i>utilities</i>	(1.135)	1,2	(2.947)	3,9	-61,5
Depreciação e amortização	(9.500)	10,0	(9.190)	12,1	3,4
Despesas com aquisição e incorporação(*)	(2.098)	2,2	(2.764)	3,6	-24,1
Baixa ativos imobilizado e intangível	(17.912)	18,8	(5.022)	6,6	256,7
Receita líquido na venda de imobilizado	10.155	-10,6	-	-	-
Baixa de ativos de loja vendidas	(9.113)	9,5	-	-	-
Resultado com sinistros	309	-0,3	(247)	0,3	-225,1
Provisão para <i>Impairment</i>	4.627	-4,8	(1.049)	1,4	-541,1

Custo com plano de opção de compra de ações	(5.518)	5,8	(304)	0,4	1.715,1
Outras receitas (despesas), líquidas	20.580	-21,6	14.022	-18,5	46,8
<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>(95.450)</b>	<b>100,0</b>	<b>(75.999)</b>	<b>100,0</b>	<b>25,6</b>

(\*) Representadas, principalmente, por gastos de terceiros relacionados aos processos de aquisição e incorporação realizados durante o exercício.

## Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia apresentou uma variação de R\$44,2 milhões ou 44,0%, passando de uma despesa líquida de R\$100,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para uma despesa líquida de R\$56,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação refletiu principalmente:

- (i) A despesa financeira reduziu 40,4%, ou R\$57,2 milhões, de R\$142,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$84,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, refletindo menores juros sobre empréstimos, despesas com derivativos e pela atualização do saldo a pagar referente às parcelas contingentes a aquisições passadas.
- (ii) A receita financeira reduziu 31,6%, ou R\$13,1 milhões, de R\$41,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$28,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, refletindo menores receitas com variação cambial ativa e derivativos, os quais foram parcialmente compensados por maiores juros e rendimentos de aplicações financeiras.

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	AH (%)
Juros sobre empréstimos	(63.190)	74,6	(80.827)	56,9	(21,8)
Despesas bancárias e juros diversos	(4.960)	5,9	(3.556)	2,5	39,5
Variação cambial passiva	(582)	0,7	(4.526)	3,2	(87,1)
Despesas com swap	(438)	0,5	(20.514)	14,4	(97,9)
Ajuste do saldo a pagar referente à parcela contingente	(9.527)	11,2	(26.027)	18,3	(63,4)
Outros despesas financeiras	(5.992)	7,1	(6.623)	4,7	(9,5)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(84.689)</b>	<b>100,0</b>	<b>(142.073)</b>	<b>100,0</b>	<b>(40,4)</b>

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	AH (%)
Juros e rendimentos de aplicações financeiras	26.373	92,8	15.524	37,4	69,9
Variação cambial ativa	2.093	7,4	22.186	53,4	(90,6)
Receita com swap	4	0,0	3.237	7,8	(99,9)
Impostos sobre receitas financeiras	(1.260)	(4,4)	(794)	(1,9)	58,7
Outros receitas financeiras	1.215	4,3	1.381	3,3	(12,0)
<b>Receitas financeiras</b>	<b>28.425</b>	<b>100,0</b>	<b>41.534</b>	<b>100,0</b>	<b>(31,6)</b>

## Lucro do Exercício

O lucro líquido do exercício da Companhia apresentou forte crescimento, passando de um prejuízo de R\$93,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para um lucro de R\$3,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em decorrência dos fatores descritos acima.

## COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015	AV (%)	AH (%)
Receita operacional líquida	1.393.284	100,0	949.679	100,0	46,7
Custo das mercadorias e dos produtos vendidos	(526.302)	-37,8	(338.415)	-35,6	55,5
<b>Lucro bruto</b>	<b>866.982</b>	<b>62,2</b>	<b>611.264</b>	<b>64,4</b>	<b>41,8</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(852.162)</b>	<b>-61,2</b>	<b>(616.886)</b>	<b>-65,0</b>	<b>38,1</b>
Com vendas	(776.163)	-55,7	(560.489)	-59,0	38,5
Gerais e administrativas	(75.999)	-5,5	(56.397)	-5,9	34,8
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos</b>	<b>14.820</b>	<b>1,1</b>	<b>(5.622)</b>	<b>-0,6</b>	<b>-363,6</b>
Despesas financeiras	(142.073)	-10,2	(79.417)	-8,4	78,9
Receitas financeiras	41.534	3,0	59.270	6,2	-29,9
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(100.539)</b>	<b>-7,2</b>	<b>(20.147)</b>	<b>-2,1</b>	<b>399,0</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(85.719)</b>	<b>-6,2</b>	<b>(25.769)</b>	<b>-2,7</b>	<b>232,6</b>
Imposto de renda e contribuição social	(7.737)	-0,6	(10.988)	-1,2	-29,6
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(93.456)</b>	<b>-6,7</b>	<b>(36.757)</b>	<b>-3,9</b>	<b>154,3</b>

### Receita Operacional Líquida

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a receita operacional líquida da Companhia aumentou 46,7% ou R\$443,6 milhões, passando de R\$949,7 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$1.393,3 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação ocorreu, principalmente, devido a um aumento de 43,2% de nossa receita bruta de vendas decorrente da abertura de 56 novos restaurantes em 2016 e de 98 restaurantes em 2015, os quais tiveram impacto por completo no ano de 2016.

Além disso, durante o ano de 2015, adquirimos 31 restaurantes de franqueados, impactando os resultados do ano de 2016, e, durante o ano de 2016, adquirimos 8 restaurantes. A nossa receita operacional líquida foi também beneficiada pelo forte crescimento de 9,9% de vendas comparáveis nas mesmas lojas em 2016, o qual decorreu principalmente de campanhas específicas de marketing como “Cupom de Desconto” e “2 x R\$15”, que aumentaram de forma substancial o tráfego de nossos restaurantes. Abaixo apresentamos a composição das vendas:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015	AV (%)	AH (%)
Receita bruta de vendas	1.499.991	107,7	1.047.371	110,3	43,2
Deduções das receitas de vendas	(118.053)	-8,5	(107.997)	-11,4	9,3
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>1.381.938</b>	<b>99,2</b>	<b>939.374</b>	<b>98,9</b>	<b>47,1</b>
Receita bruta de prestações de serviços	12.042	0,9	10.952	1,2	10,0
Deduções das receitas de prestações de serviços	(697)	-0,1	(647)	-0,1	7,7
<b>Receita líquida de prestações de serviços</b>	<b>11.345</b>	<b>0,8</b>	<b>10.305</b>	<b>1,1</b>	<b>10,1</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.393.284</b>	<b>100,0</b>	<b>949.679</b>	<b>100,0</b>	<b>46,7</b>

## **Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos**

O custo das mercadorias e dos produtos vendidos aumentou 55,5% ou R\$187,9 milhões, passando de R\$338,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$526,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento nas vendas totais e o aumento nos custos de alimentos e brinquedos, parcialmente refletindo inflação nacional de 6,3% (de acordo com o IBGE).

## **Lucro Bruto**

O lucro bruto da Companhia aumentou 41,8% ou R\$255,7 milhões, passando de R\$611,3 milhões, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, para R\$867,0 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. A variação positiva do lucro bruto reflete principalmente o forte crescimento de receita operacional líquida, a qual se beneficiou do aumento do número de novas lojas (e aquisições) e forte crescimento de vendas comparáveis nas mesmas lojas.

Contudo, notamos que a margem bruta de 2016 reduziu de 64,4%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, para 62,2%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Tal variação refletiu principalmente as campanhas de marketings de desconto (como “Cupom de Desconto” e “2 x R\$15”), as quais suportaram um forte crescimento de vendas comparáveis em mesmas lojas, mas levaram a uma controlada redução de ticket médio e margens de produtos.

## **Despesas com Vendas**

As despesas com vendas da Companhia aumentaram em R\$215,7 milhões ou 38,5%, alcançando R\$776,2 milhões ou 55,7% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparado a R\$560,5 milhões ou 59,0% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação refletiu principalmente:

- (i) As despesas com pessoal (despesas com vendas) aumentaram 44,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, de R\$174,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$252,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Estas despesas representaram 18,1% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 0,3 p.p. quando comparado ao mesmo período de 2015, refletindo benefícios de alavancagem operacional devido ao forte crescimento de vendas, a qual foi parcialmente compensada por reajuste salarial decorrentes de convenções coletivas de trabalho. Atualmente, temos 72 sindicatos e o reajuste médio salarial no exercício social de 2016 foi de 9,1%.
- (ii) As despesas com ocupação e *utilities* (despesas com vendas) aumentaram 38,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, de R\$122,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$170,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Estas despesas representaram 12,2% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 70 bps. quando comparado ao mesmo período de 2015. A melhora operacional em 2016 refletiu renegociações contratuais pontuais de aluguel e melhores acordos com locadores, a qual reflete o forte crescimento da marca Burger King e consequente maior poder de barganha. Além disso, uma parcela relevante dos nossos contratos de aluguel possui valores fixos, os quais são diluídos pelo nosso crescimento de vendas comparáveis das mesmas lojas acima da inflação.

- (iii) Royalties e fundo de marketing (despesas com vendas) aumentaram 42,9%, de R\$95,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$135,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, refletindo vendas mais robustas neste período.

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015	AV (%)	AH (%)
Despesas com pessoal	(252.877)	32,6	(174.886)	31,2	44,6
Royalties e fundo de marketing	(135.778)	17,5	(95.016)	17,0	42,9
Despesas com ocupação e utilities	(169.922)	21,9	(122.542)	21,9	38,7
Depreciação e amortização	(94.206)	12,1	(68.038)	12,1	38,5
Despesas pré-operacionais (*)	(6.255)	0,8	(9.707)	1,7	-35,6
Serviços de terceiros	(44.516)	5,7	(30.705)	5,5	45,0
Reparos e manutenções	(21.868)	2,8	(16.239)	2,9	34,7
Outras	(50.741)	6,5	(43.356)	7,7	17,0
<b>Despesas com vendas</b>	<b>(776.163)</b>	<b>100,0</b>	<b>(560.489)</b>	<b>100,0</b>	<b>38,5</b>

(\*) As despesas pré-operacionais de restaurantes são representadas, principalmente, por custos com salários e encargos dos profissionais das lojas, serviços prestados por terceiros e outras despesas geradas antes das inaugurações das lojas.

## Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram em R\$19,6 milhões ou 34,8%, alcançando R\$76,0 milhões ou 5,5% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparado a R\$56,4 milhões ou 5,9% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Esse aumento refletiu principalmente o aumento de 15,3% em despesas com pessoal (despesas gerais e administrativas) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, em relação ao exercício social anterior, devido a novas contratações para suportar o elevado crescimento no número de restaurantes próprios.

Nossas outras receitas, líquidas reduziram em 33,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, passando de R\$20,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$13,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, principalmente devido a menores receitas advindas de acordo contratuais de fornecimento (incluindo rebates).

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015	AV (%)	AH (%)
Despesas com pessoal	(68.498)	90,1	(59.434)	105,4	15,3
Despesas com ocupação e utilities	(2.947)	3,9	(3.263)	5,8	-9,7
Depreciação e amortização	(9.190)	12,1	(7.564)	13,4	21,5
Despesas com aquisição e incorporação(*)	(2.764)	3,6	(3.384)	6,0	-18,3
Baixa ativos imobilizado e intangível	(5.022)	6,6	(320)	0,6	1.469,4
Resultado com sinistros	(247)	0,3	329	-0,6	-175,1
Provisão para <i>Impairment</i>	(1.049)	1,4	(3.108)	5,5	-66,2
Outras receitas (despesas), líquidas	13.718	-18,1	20.531	-36,4	-33,2
<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>(75.999)</b>	<b>100,0</b>	<b>(56.397)</b>	<b>100,0</b>	<b>34,8</b>

(\*) Representadas, principalmente, por gastos de terceiros relacionados aos processos de aquisição e incorporação realizados durante o exercício.

## Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia apresentou uma variação de R\$80,4 milhões ou 399,0%, passando de uma despesa líquida de R\$20,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, para uma despesa líquida de R\$100,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação refletiu principalmente:



- (i) A despesa financeira aumentou 78,9%, ou R\$62,7 milhões, de R\$79,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$142,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, devido a maiores juros sobre empréstimos principalmente sobre os novos empréstimos, como emissões relacionadas ao CRA de 2016 (com taxa de juros de CDI+0,09%) e a 6ª emissão de Debêntures com taxa de juros de CDI+0,25%). Por fim, a despesa financeira também foi impactada por maiores despesas com derivativos, e pelo ajuste do saldo a pagar referente a parcela contingente relacionada à aquisição de franqueado no valor de R\$26,3 milhões.
- (ii) A receita financeira reduziu 29,9%, ou R\$17,8 milhões, de R\$59,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$41,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, refletindo menores receitas com juros e rendimentos de aplicações financeiras, e menores receitas com derivativo.

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015	AV (%)	AH (%)
Juros sobre empréstimos	(80.827)	56,9	(45.304)	57,0	78,4
Despesas bancárias e juros diversos	(3.556)	2,5	(1.527)	1,9	132,9
Variação cambial passiva	(4.526)	3,2	(24.252)	30,5	(81,3)
Despesas com swap	(20.514)	14,4	(7.500)	9,4	173,5
Ajuste do saldo a pagar referente à parcela contingente	(26.027)	18,3	-	-	-
Outros DF	(6.623)	4,7	(834)	1,1	694,1
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(142.073)</b>	<b>100,0</b>	<b>(79.417)</b>	<b>100,0</b>	<b>78,9</b>

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015	AV (%)	AH (%)
Juros e rendimentos de aplicações financeiras	15.524	37,4	27.339	46,1	(43,2)
Variação cambial ativa	22.186	53,4	8.030	13,5	176,3
Receita com swap	3.237	7,8	22.112	37,3	(85,4)
Impostos sobre receitas financeiras	(794)	(1,9)	(631)	(1,1)	25,8
Outros RF	1.381	3,3	2.420	4,1	(42,9)
<b>Receitas financeiras</b>	<b>41.534</b>	<b>100,0</b>	<b>59.270</b>	<b>100,0</b>	<b>(29,9)</b>

### Prejuízo do Exercício

O prejuízo do exercício da Companhia aumentou 154,3% ou R\$56,7 milhões, passando de R\$36,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$93,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, em decorrência dos fatores descritos acima.

### BALANÇO PATRIMONIAL

#### COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2017	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	AH (%)
<b>Ativo</b>					
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	102.345	4,2	256.920	18	-60,2
Títulos e valores mobiliários	1.073.900	44,5	63.495	4,4	1.591,30



Títulos e valores mobiliários vinculados	2.484	0,1	1.846	0,1	34,6
Contas a receber de clientes, líquido	60.958	2,5	33.658	2,4	81,1
Instrumentos financeiros derivativos	127	0	-	-	-
Estoques	39.743	1,6	30.846	2,2	28,8
Impostos a recuperar	24.993	1	28.566	2	-12,5
Pagamentos antecipados	24.762	1	8.712	0,6	184,2
Demais contas a receber	9.136	0,4	4.957	0,3	84,3
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.338.448</b>	<b>55,4</b>	<b>429.000</b>	<b>30</b>	<b>212</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Títulos e valores mobiliários vinculados	13.285	0,5	10.415	0,7	27,6
Impostos a recuperar	17.282	0,7	11.694	0,8	47,8
Depósitos judiciais	26.566	1,1	13.925	1	90,8
Demais contas a receber	4.218	0,2	3.447	0,2	22,4
Imobilizado, líquido	699.642	29	650.975	45,6	7,5
Intangível, líquido	316.114	13,1	309.006	21,6	2,3
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.077.107</b>	<b>44,6</b>	<b>999.462</b>	<b>70</b>	<b>7,8</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.415.555</b>	<b>100</b>	<b>1.428.462</b>	<b>100</b>	<b>69,1</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Passivo circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	209.987	8,7	607.973	42,6	-65,5
Fornecedores e aluguéis a pagar	138.997	5,8	80.406	5,6	72,9
Salários e encargos sociais	69.830	2,9	56.028	3,9	24,6
Obrigações corporativas	13.966	0,6	20.598	1,4	-32,2
Obrigações tributárias	20.272	0,8	15.717	1,1	29
Resultado diferido, líquido	-	-	9.000	0,6	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	356	-	-
Demais contas a pagar	19.946	0,8	9.538	0,7	109,1
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>472.998</b>	<b>19,6</b>	<b>799.616</b>	<b>56</b>	<b>-40,8</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	275.720	11,4	-	-	-
Provisão para demandas judiciais	6.221	0,3	3.932	0,3	58,2
Obrigações tributárias	5.113	0,2	9.225	0,6	-44,6
Parcelas contingentes a aquisições	-	-	45.983	3,2	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38.309	1,6	28.789	2	33,1
Demais contas a pagar	-	-	597	-	-
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>325.363</b>	<b>13,5</b>	<b>88.526</b>	<b>6,2</b>	<b>267,5</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	895.836	37,1	1.506	0,1	-
Reserva de capital e plano de opção de ações	915.722	37,9	736.997	51,6	24,3
Prejuízos acumulados	-194.364	-8	-198.183	-13,9	-1,9
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.617.194</b>	<b>66,9</b>	<b>540.320</b>	<b>37,8</b>	<b>199,3</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>2.415.555</b>	<b>100</b>	<b>1.428.462</b>	<b>100</b>	<b>69,1</b>

### Ativo

Em 31 de dezembro de 2017, o total do ativo da Companhia aumentou em R\$987,1 milhões ou 69,1%, passando de R\$1.428,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.415,6.

### **Ativo Circulante**

O ativo circulante da Companhia aumentou em R\$909,4 milhões ou 212,0%, passando de R\$429,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.338,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos itens abaixo, incluindo o aumento obtido em Títulos e Valores Mobiliários decorrente dos recursos obtidos no IPO:

- (i) Caixa e equivalentes de caixa: o caixa e equivalente de caixa da Companhia diminuiu em R\$154,6 milhões ou 60,2%, para R\$102,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$256,9 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa diminuição deu-se em decorrência dos investimentos da companhia no período, junto com a otimização da gestão de fluxo de caixa diário da Companhia.
- (ii) Contas a receber de clientes, líquido: o saldo de contas a receber de clientes da Companhia aumentaram em R\$27,3 milhões ou 81,1%, alcançando R\$61,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$33,7 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento deu-se em decorrência do aumento nas vendas em relação ao mesmo período do ano anterior, e devido ao último dia de vendas do ano ocorrer em um final de semana.

### **Ativo Não Circulante**

O ativo não circulante da Companhia aumentou 7,8%, passando de R\$999,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.077,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$77,6 milhões. Esse aumento ocorreu devido principalmente ao abaixo exposto:

- (i) Imobilizado, líquido: o imobilizado, líquido da Companhia aumentou em R\$48,7 milhões ou 7,5%, alcançando R\$699,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$651,0 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento deu-se em decorrência dos investimentos e novos restaurantes, nos reinvestimentos em restaurantes e nos novos hardwares e PDV.
- (ii) Intangível, líquido: O intangível líquido da Companhia aumentou em R\$7,1 milhões ou 2,3%, alcançando R\$316,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$309,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, refletindo o investimento em direito de uso de marca e cessões de direitos de imóveis de novos restaurantes. Adicionalmente também foram investidos recursos em novos softwares visando aumento de vendas e outras ferramentas de controles.

### **Passivo e Patrimônio Líquido**

Em 31 de dezembro de 2017, o total do passivo e patrimônio líquido da Companhia aumentou em R\$987,1 milhões ou 69,1%, passando de R\$1.428,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.415,6 em 31 de dezembro de 2017.

### **Passivo Circulante**

O passivo circulante da Companhia diminuiu 40,8% ou R\$326,6 milhões, passando de R\$799,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$473,0 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação deu-se principalmente em decorrência dos fatores descritos abaixo:

- (i) Empréstimos e financiamentos: o saldo de empréstimos e financiamentos da Companhia diminuiu em R\$398,0 milhões ou 65,5%, alcançando R\$210,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$608,0 milhões em 31 de dezembro de 2016. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, o índice EBITDA ajustado sobre o resultado financeiro não foi atingido. Desta forma, as parcelas alocadas no passivo não circulante foram reclassificadas para o passivo circulante em sua totalidade. Em março de 2017, a

Companhia obteve renúncia escrita (“*waiver*”) e renegociou as cláusulas restritivas de *covenants* de suas debêntures com os debenturistas, passando a estar adimplente, considerando estas novas cláusulas oriundas da renegociação.

- (ii) Fornecedores e aluguéis a pagar: os fornecedores e aluguéis a pagar da Companhia aumentaram em R\$58,6 milhões ou 72,9%, alcançando R\$139,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$80,4 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento está principalmente relacionado ao aumento de volume de vendas da Companhia, ao projeto Estoque Próprio, assim como à quantidade de aberturas realizadas em dezembro de 2017, elevando o saldo a pagar de fornecedores de serviços.
- (iii) Obrigações corporativas: as obrigações corporativas da Companhia diminuíram em R\$6,6 milhões ou 32,2%, alcançando R\$14,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$20,6 milhões em 31 de dezembro de 2016. O saldo em aberto, corresponde principalmente aos Royalties e *Franchise Fees* das aberturas de dezembro de 2017, ambos pagos em janeiro de 2018.

### **Passivo Não Circulante**

O passivo não circulante da Companhia aumentou 267,5% ou R\$236,8 milhões, passando de R\$88,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$325,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação deu-se em decorrência dos fatores descritos abaixo:

- (i) Empréstimos e financiamentos: os empréstimos e financiamentos da Companhia aumentaram em R\$275,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, quando comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2016. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, o índice EBITDA Ajustado sobre o resultado financeiro não foi atingido. Desta forma, as parcelas alocadas no passivo não circulante foram reclassificadas para o passivo circulante em sua totalidade. Em março de 2017, a Companhia obteve renúncia escrita (“*waiver*”) e renegociou as cláusulas restritivas de *covenants* de suas debêntures com os debenturistas, passando a estar adimplente, considerando estas novas cláusulas oriundas da renegociação. Desta forma foram alocadas as parcelas a vencer com mais de doze meses para o passivo não circulante.

### **Patrimônio Líquido**

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 199,3%, passando de R\$540,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.617,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$1.076,9 milhões, em virtude dos fatores descritos abaixo:

- (i) Reserva de capital: a reserva de capital da companhia aumentou 24,3%, passando de R\$737,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$915,7 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento ocorreu devido principalmente ao aporte de capital ocorrido em de agosto de 2017 pela Montjuic e ao exercício do bônus de subscrição.
- (ii) Prejuízos acumulados: os prejuízos acumulados da companhia reduziram 1,9%, passando de R\$ 198,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$194,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa redução ocorreu em virtude do lucro líquido registrado exercício social de 2017.

# COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2015	AV (%)	AH (%)
<b>Ativo</b>					
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	256.920	18,0	164.801	13,8	55,9
Títulos e valores mobiliários	63.495	4,4	57.432	4,8	10,6
Títulos e valores mobiliários vinculados	1.846	0,1	-	-	N/A
Contas a receber de clientes, líquido	33.658	2,4	26.366	2,2	27,7
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	15.196	1,3	-100,0
Estoques	30.846	2,2	18.546	1,5	66,3
Impostos a recuperar	28.566	2,0	19.843	1,7	44,0
Pagamentos antecipados	8.712	0,6	13.963	1,2	-37,6
Demais contas a receber	4.957	0,3	9.522	0,8	-47,9
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>429.000</b>	<b>30,0</b>	<b>325.669</b>	<b>27,2</b>	<b>31,7</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Títulos e valores mobiliários vinculados	10.415	0,7	5.623	0,5	85,2
Impostos a recuperar	11.694	0,8	274	-	4167,9
Depósitos judiciais	13.925	1,0	7.731	0,6	80,1
Demais contas a receber	3.447	0,2	4.252	0,4	-18,9
Imobilizado, líquido	650.975	45,6	597.639	49,9	8,9
Intangível, líquido	309.006	21,6	255.367	21,3	21,0
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>999.462</b>	<b>70,0</b>	<b>870.886</b>	<b>72,8</b>	<b>14,8</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.428.462</b>	<b>100,0</b>	<b>1.196.555</b>	<b>100,0</b>	<b>19,4</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Passivo circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	607.973	42,6	198.868	16,6	205,7
Fornecedores e aluguéis a pagar	80.406	5,6	83.894	7,0	-4,2
Salários e encargos sociais	56.028	3,9	52.482	4,4	6,8
Obrigações corporativas	20.598	1,4	24.585	2,1	-16,2
Obrigações tributárias	15.717	1,1	23.300	1,9	-32,5
Resultado diferido, líquido	9.000	0,6	246	-	3558,5
Instrumentos financeiros derivativos	356	-	-	-	N/A
Demais contas a pagar	9.538	0,7	9.463	0,8	0,8
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>799.616</b>	<b>56,0</b>	<b>392.838</b>	<b>32,8</b>	<b>103,5</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	-	-	306.945	25,7	-100,0
Provisão para demandas judiciais	3.932	0,3	2.835	0,2	38,7
Obrigações tributárias	9.225	0,6	4.763	0,4	93,7
Parcelas contingentes às aquisições	45.983	3,2	27.994	2,3	64,3
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.789	2,0	21.413	1,8	34,4
Demais contas a pagar	597	-	1.332	0,1	-55,2
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>88.526</b>	<b>6,2</b>	<b>365.282</b>	<b>30,5</b>	<b>-75,8</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	1.506	0,1	1.132	0,1	33,0
Reserva de capital e plano de opção de ações	736.997	51,6	542.030	45,3	36,0
Prejuízos acumulados	(198.183)	-13,9	(104.727)	-8,8	89,2
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>540.320</b>	<b>37,8</b>	<b>438.435</b>	<b>36,6</b>	<b>23,2</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>1.428.462</b>	<b>100,0</b>	<b>1.196.555</b>	<b>100,0</b>	<b>19,4</b>

## Ativo

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou um aumento do ativo de 19,4% ou R\$231,9 milhões em relação a 31 de dezembro de 2015.

### **Ativo Circulante**

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo circulante da Companhia aumentou 31,7% ou R\$103,3 milhões, passando de R\$325,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$429,0 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação ocorreu principalmente devido a:

- (i) Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa da Companhia aumentou R\$92,1 milhões ou 55,9%, sendo R\$256,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, comparado a R\$164,8 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento deu-se, principalmente, em decorrência de aporte de capital ocorrido em agosto de 2016 da acionista Montjuic Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
- (ii) Estoques: Os estoques da Companhia aumentaram em R\$12,3 milhões ou 66,3%, alcançando R\$30,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, comparado a R\$18,5 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento deu-se em decorrência do aumento no número de restaurantes, e forte aumento nas vendas em relação ao exercício social anterior.

### **Ativo Não Circulante**

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo não circulante da Companhia aumentou 14,8%, passando de R\$870,9 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$999,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R\$128,6 milhões. Essa variação ocorreu principalmente devido a:

- (i) Imobilizado, líquido: o imobilizado líquido da Companhia aumentou em R\$53,4 milhões ou 8,9%, alcançando R\$651,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, comparado a R\$597,6 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento deu-se em decorrência dos investimentos em restaurantes próprios da Companhia no ano de 2016.
- (ii) Intangível, líquido: O intangível líquido da Companhia aumentou R\$53,6 milhões ou 21,0%, alcançando R\$309,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, comparado a R\$ 255,4 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento deu-se em decorrência dos investimentos em aberturas de restaurantes da Companhia no ano de 2016 e do ágio do (*Goodwill*) reconhecido nas aquisições.
- (iii) Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais aumentaram em R\$6,2 milhões ou 80,1%, alcançando R\$13,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, comparado a R\$7,7 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento deu-se em decorrência do aumento de demandas trabalhistas contra a Companhia.

### **Passivo e Patrimônio Líquido**

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou um aumento no total do passivo e do patrimônio líquido de 19,4% ou R\$231,9 milhões em relação a 31 de dezembro de 2015.

### **Passivo Circulante**

Em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante da Companhia aumentou 103,5% ou R\$406,8 milhões, passando de R\$392,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$799,6 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação ocorreu principalmente devido a:

- (i) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos da Companhia aumentaram em R\$409,1 milhões ou 205,7%, alcançando R\$608,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, comparado a R\$198,9 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento deu-se principalmente em função da reclassificação entre circulante e não circulante ocorrida em 31 de dezembro de 2016 e de novas captações de recursos ocorridas em 2016, 6ª e 7ª emissões de debêntures e financiamento captado com o Banco Nordeste.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, o índice EBITDA Ajustado sobre o resultado financeiro previsto nas escrituras de 1ª, 2ª e 3ª emissões de debêntures não foi atingido. Desta forma, as parcelas alocadas no passivo não circulante foram reclassificadas para o passivo circulante em sua totalidade. Em março de 2017, a Companhia obteve renúncia escrita (“*waiver*”) e renegociou as cláusulas restritivas de *covenants* de suas debêntures com os debenturistas, passando a estar adimplente, considerando estas novas cláusulas oriundas da renegociação.

- (ii) Fornecedores e aluguéis a pagar: Os fornecedores e aluguéis a pagar da Companhia diminuíram em R\$3,5 milhões ou 4,2%, alcançando R\$80,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, comparado a R\$83,9 milhões em 31 de dezembro de 2015. Essa diminuição deu-se em decorrência de menos aberturas de restaurantes no mês de dezembro de 2016 comparado com o mês de dezembro de 2015, reduzindo, assim, o saldo a pagar no final do exercício de 2016.

### **Passivo Não Circulante**

Em 31 de dezembro de 2016, o passivo não circulante da Companhia diminuiu 75,8% ou R\$276,8 milhões, passando de R\$365,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$88,5 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação ocorreu principalmente devido a:

- (i) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos da Companhia diminuíram em R\$306,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, quando comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2015. Essa diminuição deu-se em função da reclassificação entre circulante e não circulante ocorrida em 31 de dezembro de 2016. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, o índice EBITDA Ajustado sobre o resultado financeiro não foi atingido. Desta forma, as parcelas alocadas no passivo não circulante foram reclassificadas para o passivo circulante em sua totalidade. Em março de 2017, a Companhia obteve renúncia escrita (“*waiver*”) e renegociou as cláusulas restritivas de *covenants* de suas debêntures com os debenturistas, passando a estar adimplente, considerando estas novas cláusulas oriundas da renegociação.
- (ii) Parcelas contingentes às aquisições: As parcelas contingentes às aquisições aumentaram em R\$18,0 milhões ou 64,3%, alcançando R\$46,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, comparado a R\$28,0 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento deu-se em decorrência da atualização do saldo a pagar, parcialmente compensado pelo pagamento proporcional realizado no ano de 2016.

### **Patrimônio Líquido**

Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 23,2%, passando de R\$438,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$540,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R\$101,9 milhões, em virtude dos fatores descritos abaixo.

- (i) Reserva de capital: a reserva de capital da companhia aumentou 36,0%, passando de R\$542,0 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$737,0 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento ocorreu devido ao aporte de capital de R\$200,0 milhões ocorrido em agosto de 2016 pela acionista Montjuic Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
- (ii) Prejuízos acumulados: os prejuízos acumulados da companhia aumentaram 89,2%, passando de R\$ 104,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$198,2 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento ocorreu em virtude do registro do prejuízo do exercício de 2016.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AH (%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	166.527	28.829	483,8
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.208.395)	(204.783)	490,1
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	887.293	268.073	230,6
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(154.575)	92.119	-

#### Atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou uma variação de R\$138,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, passando de R\$28,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$166,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Essa variação no caixa líquido das atividades operacionais deve-se, principalmente, por: (i) resultado antes dos impostos de renda e contribuição social, passando de um prejuízo de R\$85,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$9,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (ii) variação dos valores a pagar referentes a fornecedores e aluguéis, no montante de R\$62,6 milhões, passando de R\$3,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$58,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (iii) no pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos, no valor de R\$11,7 milhões, passando de R\$79,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$68,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; e (iv) no recebimento de contas a receber, no valor de R\$21,7 milhões, passando de R\$ 5,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$27,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

#### Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento apresentou um aumento de R\$1.003,6 milhões ou 490,1%, passando de R\$204,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.208,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

O aumento deve-se a aplicação dos recursos captados na abertura de capital da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

#### Atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento apresentou aumento de R\$619,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, passando de R\$268,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$887,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Essa variação deu-se, principalmente, pela integralização dos recursos obtidos no IPO no patrimônio líquido da Companhia.

**COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015	AH (%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	28.525	87.447	-67,4
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(204.783)	(180.511)	13,4
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	268.377	139.637	92,2
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	92.119	46.573	97,8

**Atividades operacionais**

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou uma redução de R\$58,9 milhões ou 67,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, passando de R\$87,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$28,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Essa redução no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais ocorreu, principalmente, (i) pelo aumento do prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social no montante de R\$59,9 milhões, passando de R\$25,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 para R\$85,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; (ii) pelo aumento nos salários e encargos no montante de R\$11,5 milhões, passando de R\$3,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$15,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, e (iii) pelo aumento nos pagamentos de juros relacionados a empréstimos e financiamentos no montante de R\$22,5 milhões, passando de R\$57,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$79,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

**Atividades de investimentos**

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento apresentou um aumento de R\$24,3 milhões ou 13,4%, passando de R\$180,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$204,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Os principais motivos da variação foram: (i) o aumento de R\$88,5 milhões nas aplicações em títulos e valores mobiliários e diminuição dos resgates de títulos e valores mobiliários, passando de R\$66,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$154,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; e (ii) a diminuição nos resgates de títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 48,3 milhões, passando de R\$190,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$142,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Isso foi parcialmente compensado pela redução nas aquisições de ativos imobilizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$81,4 milhões.



### **Atividades de financiamento**

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento apresentou aumento de R\$128,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, passando de R\$139,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$268,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Essa variação deu-se, principalmente, (i) pelo caixa líquido gerado pelo ágio na emissão de ações líquido dos custos de emissão no montante de R\$193,5 milhões, passando de R\$1,2 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$194,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, devido ao aumento de capital realizado pela Montjuic Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia na Companhia; e (ii) aumento no caixa líquido gerado pela captação de empréstimos e financiamentos no montante de R\$138,7 milhões, passando de R\$254,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 para R\$393,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, o qual foi parcialmente compensado por um aumento nos pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos de R\$185,5 milhões, passando de R\$107,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 para R\$293,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### (a) resultados das operações da Companhia

#### (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, 99%, 99% e 99% das vendas líquidas da Companhia, respectivamente, advêm da venda de alimentos e bebidas em nossos restaurantes.

#### (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência.

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber e é deduzida de impostos, devoluções de clientes, estornos e outros abatimentos semelhantes estimados. A receita da venda de mercadorias é reconhecida quando são atendidas todas as seguintes condições:

- A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável; e
- Quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Nossa receita líquida é principalmente gerada pelas vendas de alimentos e bebidas.

Nossos principais gastos incluem custos com vendas de alimentos, despesas com vendas (principalmente despesas com pessoal, ocupação e *utilities*, royalties e fundo de marketing e outros), despesas administrativas (principalmente despesas relacionadas a despesa com pessoal, serviços de terceiros, serviços de tecnologia da informação e despesas gerais) e despesas financeiras.

A descrição a seguir apresenta os principais componentes e direcionadores de nossos resultados operacionais.

#### **Receita líquida**

Nossa receita operacional provém principalmente pela venda de alimentos, bebidas, produtos, e serviços (principalmente relacionados a franqueados), e são todas realizadas em moeda local. As vendas líquidas são as vendas brutas deduzidas das devoluções, descontos e outras provisões similares estimadas e dos impostos aplicáveis a nossos negócios de acordo com o local onde as receitas são geradas e os produtos e serviços são vendidos.

Possuímos uma forte gestão e controle sobre os preços dos nossos produtos, os quais levam em consideração preços praticados pela indústria e possíveis variações no custo de mercadoria vendida. Nossos preços variam de acordo com a nossa visão de indústria e estratégia, que incluem campanhas específicas, e descontos promocionais como cupons físicos e cupons online.

A receita operacional líquida da Companhia apresentou um CAGR (taxa de crescimento médio composto anual) equivalente a 37,1%, passando de R\$949,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 para R\$1.783,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. A Diretoria ressalta que o incremento na receita operacional líquida no exercício social de 2015 a 2017 é decorrente, principalmente: (i) ao aumento de restaurantes próprios no período (totalizando 107 restaurantes); e (ii) aumento nas vendas médias de restaurantes.

## **Sazonalidade**

Nossos resultados operacionais estão sujeitos a variações sazonais. Alguns fatores sazonais podem afetar nossas vendas, como férias escolares e disponibilização do 13º salário no mercado. Nossas vendas são maiores em julho e dezembro, refletindo férias escolares e da disponibilização do 13º salário e são menores em fevereiro e março, refletindo feriados nacionais como o carnaval. Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, 45,9% de nossas receitas anuais foram registradas no primeiro semestre do ano e 54,1% restantes no segundo semestre.

## **Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos e Lucro Bruto**

O custo das mercadorias e dos produtos vendidos é reconhecido quando vendemos um produto, e compreende o preço de compra e o custo incorrido pelos produtos a serem oferecidos nos restaurantes, incluindo custos com alimentos e bebidas. Adicionalmente, custos de vendas e serviços também compreendem custos operacionais diretamente relacionados às atividades de cada restaurante, inclusive equipamentos, materiais e despesas de manutenção.

Nosso lucro bruto é calculado através da subtração da receita operacional líquida pelos custos das mercadorias e dos produtos vendidos.

Nossa política de precificação e o mix de produtos afetam nosso lucro bruto e geralmente direcionamos nossas ofertas de alimentos e bebidas de forma a reforçar nossas categorias de produtos de margens mais altas.

## **Despesas com Vendas**

Despesas com Vendas compreendem despesas com pessoal, royalties e fundo de marketing, despesas com ocupação e *utilities*, e outras despesas.

## **Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas compreendem despesas com pessoal principalmente de funcionários da nossa sede, aluguel de escritório, despesa com serviços de terceiros, dentre outras. Nós negociamos com vendedores e prestadores de serviço não apenas quanto ao preço e condições de pagamento da matéria-prima e serviço prestado, mas também quanto às despesas operacionais, seguros, tecnologia de informação, comunicação, dentre outras.

## **Resultado Financeiro, Líquido**

O resultado financeiro, líquido inclui as despesas de juros sobre os empréstimos de terceiros, variações cambiais e demais tarifas bancárias. As receitas financeiras resultam do adicional de caixa alocado às aplicações financeiras.

## **Imposto de Renda**

As despesas com imposto de renda dependem da tributação do lucro de nossas controladas. A Companhia se beneficia de créditos fiscais significativos referentes a prejuízos fiscais. Dessa forma, existem diferenças significativas entre as despesas de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas fiscais vigentes, e os valores refletidos nos resultados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015. A alíquota fiscal vigente é de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

## **Vendas Comparáveis nos Mesmos Restaurantes**

A variação das vendas comparáveis nos mesmos restaurantes é uma medição utilizada no mercado varejista como indicação do desempenho de estratégias e iniciativas comerciais implementadas, e também representam as tendências da economia local e dos clientes. Vendas comparáveis nos

mesmos restaurantes não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e não deve ser considerada como alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, ou como indicador de liquidez.

Vendas comparáveis nos mesmos restaurantes não tem significado padronizado no mercado, e nossa definição pode não ser a mesma definição de vendas comparáveis nos mesmos restaurantes utilizada por outras companhias.

Os aumentos ou as reduções nas vendas comparáveis nos mesmos restaurantes representam a variação percentual nas vendas em relação ao mesmo período no ano anterior para todas as lojas que mantiveram operações em períodos comparáveis, estando abertas a mais de 12 meses.

Alguns dos motivos do fechamento temporário de nossas lojas incluem manutenções, problemas operacionais próprios e/ou de terceiros.

**(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, em torno de 1%, 1% e 1%, respectivamente, de nossas vendas é efetuada em outras moedas, refletindo serviços prestados para a Burger King Corporation principalmente relacionado a gestão de franqueados. Por se tratar de um baixo valor quando comparado ao total das operações da Companhia, a Diretoria considera imaterial o impacto referente a variação cambial nas receitas operacionais liquidas.

Nossas vendas também foram impactadas pela inflação no país. A Companhia revisa os preços com frequência, considerando alterações nos nossos custos e a precificação adotada pela indústria e principais concorrentes.

**(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante**

Nossos resultados são impactados pela inflação. Contudo, a Diretoria considera que a Companhia tem uma precificação eficaz e diligente, a qual compensa os impactos oriundos da mesma.

Mais de 90% dos gastos com mercadoria vendida da Companhia são realizados na mesma moeda das vendas e, portanto, consideramos o impacto de variação cambial como imaterial.

Contudo, estamos expostos a riscos de variação de taxas de juros (taxa CDI) referentes aos nossos empréstimos, dívidas e aplicações financeiras em moeda local. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a pagar sujeitos a taxa fixas e a taxas variáveis.

Para efetuar a análise de sensibilidade da taxa de juros incidente sobre os empréstimos contratados e outras obrigações, a Companhia e suas controladas utilizam, para um cenário “provável”, a taxa de mercado obtida em bolsas brasileiras ou internacionais e considera um acréscimo dessa taxa de 25%, 50% e decréscimos de 50% e 25%, respectivamente. Os resultados são apresentados a seguir:

Exposição patrimonial	Exposição em 31/12/2017 <sup>(*)</sup>	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2017	Cenários consolidado				
				I	II	III	IV	V
				Provável	25%	50%	-50%	-25%
Aplicações financeiras	1.172.010	Variação DI	10,07%	26.373	6.497	12.993	(12.993)	(6.497)
Empréstimos e financiamentos	475.130	Variação DI	10,07%	(63.190)	(15.779)	(31.558)	31.558	15.779

(\*) contemplam os empréstimos e financiamentos com taxas variáveis

Ademais, para efeito de análise consideramos a variação da taxa de câmbio nas nossas tarifas de royalties e taxa de franquia, considerando um acréscimo dessa taxa de 25%, 50% e decréscimos de 50% e 25%, respectivamente. Os resultados são apresentados a seguir:

Exposição patrimonial	Exposição em 31/12/2017	Risco	Taxa de câmbio efetiva em 31/12/2017	Cenários Consolidado				
				I	II	III	IV	V
				Provável	25%	50%	-50%	-25%
Royalties/Taxa franquia	13.966	Variação dólar americano	3,3074	13.966	(3.492)	(6.983)	6.983	3.492

Compramos nossas principais matérias-primas, incluindo carne, frango, produtos agrícolas, queijo, bebidas e laticínios, suportados por contratos com nossos fornecedores que definem os respectivos preços de compra, e não consideramos riscos externos como de variação de *commodities* como relevantes.

### **10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

#### **(a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

#### **(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedade de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 15.7 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

#### **(c) eventos ou operações não usuais**

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou nos resultados da Companhia.

## **10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

### **(a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

### **(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não houve efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

#### Novas normas, alterações e interpretações de normas contábeis

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

##### *IFRS 2 – Pagamento baseado em ações (CPC 10)*

O IFRS 2 aborda três grandes grupos: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro, a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações, iniciando sua vigência em 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trará impactos relevantes para a Companhia.

##### *IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48)*

A norma IFRS 9/CPC 48 substituiu a partir de 1º de janeiro de 2018 a norma vigente IAS 39/ CPC 38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração e tem como principais mudanças: classificação e mensuração de ativos financeiros; redução do valor recuperável (substituição do modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas em crédito esperadas”); e contabilidade de hedge.

A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos para a Companhia, principalmente em relação à mensuração dos instrumentos financeiros quando comparado com os princípios do IAS 39.

##### *IFRS 15 - Receita de contratos com clientes (CPC 47)*

O IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15/ CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente, iniciando sua vigência em 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos relevantes para a Companhia em relação à época para o

reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

*IFRS 16 – Leases (CPC 06 (R2))*

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.

A avaliação da Companhia sobre os potenciais impactos dessa nova norma está em andamento, porém, avaliamos preliminarmente que são esperados impactos relevantes, principalmente em função de que a operação da Companhia depende significativamente de arrendamentos operacionais. Os potenciais impactos referem-se à avaliação do registro de todos os contratos de locação dos restaurantes como um direito e uma obrigação da Companhia. Como todos os restaurantes são alugados, o impacto esperado nas demonstrações financeiras da Companhia é relevante.

**(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 30 de março de 2017 e 2016 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente. Essas demonstrações financeiras foram alteradas para refletir adequadamente o reconhecimento de provisão sobre tributos diferidos ativos e diferimento de receita com exposição de marca, bem como reclassificações e melhorias nas divulgações em determinadas notas explicativas, conforme descrito na nota explicativa 2.23 das referidas demonstrações financeiras.



## 10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, são adotadas premissas e variáveis provenientes de experiências prévias e diversos outros fatores e subjetivos julgados razoáveis e relevantes. Em decorrência disso, a elaboração das demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia inclui julgamentos e estimativas, dentre outras, referentes à perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, transações com pagamentos baseados em ações, impostos, valor justo de instrumentos financeiros, provisões para demandas judiciais e administrativas. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas, portanto, para melhor adequar a realidade da Companhia ao disposto acima, a Companhia revisa as suas premissas continuamente e os possíveis efeitos decorrentes destas revisões são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, foram sumarizadas as principais políticas contábeis críticas envolvendo esses julgamentos da administração, incluindo as premissas e as variáveis nas quais se baseiam essas políticas:

### ***Combinação de negócios***

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, às circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. De acordo com a CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, se a contabilização inicial de uma combinação de negócio estiver incompleta, o adquirente deverá ajustar retrospectivamente e reportar os valores em suas demonstrações financeiras como itens provisórios até que conclua que não existem fatos circunstanciados a data da aquisição e que tais mensurações não excedam a um ano da data de aquisição. O período de mensuração é o período

que se segue a data da aquisição, durante a qual o adquirente pode ajustar os valores provisórios reconhecidos para uma combinação de negócios.

Após o período de mensuração, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração emitido pelo comitê de Pronunciamentos Contábeis, na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

### ***Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes***

A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As provisões para riscos são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são provisionados.

Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com a legislação aplicável.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

### ***Perda do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio***

Os ativos imobilizados são submetidos a testes de valor recuperável (*impairment*), anualmente ou quando há evidências de perda do seu valor recuperável, considerando os fluxos de caixa atuais de cada restaurante em data próxima à do balanço, considerando seu período de maturidade (a partir de 24 meses de sua inauguração), a fim de identificar algum indicador de perda do valor recuperável (*impairment*). Uma vez identificados os restaurantes com indicador de *impairment*, a Companhia avalia a perspectiva de retomada da sua geração de caixa ou avalia a sua descontinuidade. Uma vez identificados os restaurantes com indicativo de descontinuidade e avaliados individualmente pela Administração, conclui-se pela provisão sobre os ativos desses restaurantes.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável é o valor justo menos os custos de alienação ou o valor em uso, dos dois o maior. Na avaliação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma atual avaliação do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos para o ativo para o qual a estimativa de fluxo de caixa futuro não foi ajustada.

Caso o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício.

Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda por redução ao valor recuperável para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício.

### ***Imposto de renda e contribuição social***

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

#### **Impostos correntes**

O imposto de renda e a contribuição social são registrados com base no lucro líquido anual de acordo com a legislação fiscal vigente na jurisdição de cada empresa consolidada. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis, em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes nas datas do balanço.

#### **Impostos diferidos**

Os efeitos tributários sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases tributáveis de ativos e passivos são diferidos e reconhecidos com relação ao imposto de renda e à contribuição social diferidos ativos, até o valor considerado razoável, de acordo com sua realização esperada.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado nas datas dos balanços e reduzido quando não for mais provável que haverá lucro tributável suficiente disponível para permitir que todo ou parte do ativo seja recuperado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados às alíquotas aplicadas no exercício no qual o passivo for liquidado ou o ativo realizado, com base nas alíquotas (e na legislação tributária) vigentes, ou substantivamente vigentes, nas datas dos balanços. O cálculo dos passivos e ativos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da maneira pela qual a Companhia espera, nas datas dos balanços, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando existe um direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal circulante com o passivo fiscal circulante e quando eles estão relacionados ao imposto de renda aplicado pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar seus ativos e passivos fiscais circulantes de acordo com o seu valor líquido.

## **10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

**(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia era parte de contratos de arrendamento operacional para operar 526 lojas (480 em 31 de dezembro de 2016). Esses arrendamentos possuem prazo de, em média, 10 anos, com opção de renovação após esse período. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, de acordo com os aluguéis de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações em índice de preço local.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$71,4 milhões foi reconhecido como despesa no resultado com relação a arrendamentos operacionais, na rubrica “despesas com ocupação e utilities”.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis considerando as lojas em operação em 31 de dezembro de 2017, são os seguintes: (i) dentro de um ano de R\$108,1 milhões, (ii) após um ano, mas menos de cinco anos de R\$426,5 milhões, e (iii) mais de cinco anos de R\$121,8 milhões.

Além disso, em 17 de outubro de 2017, a Companhia assinou contrato de compra e venda para aquisição da totalidade das ações de emissão dos franqueados King Food Comércio de Alimentos S.A., Good Food Comércio de Alimentos S.A. e Fast Burger Comércio de Alimentos S.A. Caso a essa transação venha a ser concluída, a Companhia destinará parte dos recursos provenientes de sua Oferta Inicial de Ações para o seu pagamento, estimada em, aproximadamente, R\$345,6 milhões. Para mais informações sobre essa aquisição, vide itens 3.3. e 15.8 deste Formulário de Referência.

**(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

**(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

**(iv) contratos de construção não terminada**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

**(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

**(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

## **10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Na data deste Formulário de Referência, não existem ativos ou passivos detidos pela Companhia que possam ter um impacto relevante para as suas atividades. Além disso, caso a aquisição das ações de emissão dos franqueados King Food Comércio de Alimentos S.A., Good Food Comércio de Alimentos S.A. e Fast Burger Comércio de Alimentos S.A. venha a se concretizar, a Companhia entende que não haverá alterações significativas na sua receita, despesas ou resultados operacionais.

**(b) natureza e o propósito da operação**

Em relação a esse item, vide item 10.6 deste Formulário de Referência.

**(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Em relação a esse item, vide item 10.6 deste Formulário de Referência.

## 10.8 - Plano de negócios

### (a) investimentos

#### (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os principais investimentos da Companhia são direcionados para abertura de restaurantes próprios. Além de aberturas, nos anos de 2015, 2016 e 2017 tivemos aquisições de restaurantes de franqueados, como demonstrado abaixo:

(em R\$ milhares)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Aquisição de ativo intangível e imobilizado	197.871	174.609	242.519
Valor pago na aquisição de investimentos	-	18.133	63.811
<b>Total</b>	<b>197.871</b>	<b>192.742</b>	<b>306.330</b>

#### (ii) fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamento dos investimentos de capital que a Companhia costuma realizar são: (i) geração de caixa oriunda das operações da Companhia; e (ii) obtenção de crédito de longo prazo no mercado local com emissão de debêntures, incluindo no âmbito de operações de securitização de direitos creditórios do agronegócio.

#### (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de negócios, tampouco desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

### (b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

### (c) novos produtos e serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

#### (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

#### (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.



**(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

**(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

## **10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

## **ANEXO III**

### **ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA**

(conforme artigo 12, inciso II, da Instrução CVM 481)

#### **13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

##### **(a) objetivos da política ou prática de remuneração**

A política de remuneração salarial da Companhia possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) a aplicação de critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da empresa; e (ii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

##### **(b) composição da remuneração**

###### **(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

Os membros da Diretoria recebem uma remuneração fixa, conforme definido em seus contratos de trabalho, bem como são elegíveis a uma remuneração anual variável sujeita ao atingimento de metas individuais e coletivas.

Além disso, os membros elencados acima são beneficiários de planos de opção de compra de ações e planos de ações. Os Diretores ainda fazem jus a benefício de assistência médica, assistência odontológica, direito a seguro de vida e vale refeição.

O componente fixo da remuneração percebida pelos administradores da Companhia tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas do mercado.

A remuneração variável paga aos administradores da Companhia, por sua vez, tem como objetivo direcionar as ações dos executivos ao cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia, visando atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais *stakeholders* da Companhia, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais e coletivas.

O pacote de benefícios percebido por nossa Diretoria tem por objetivo oferecer aos executivos da Companhia, um pacote atrativo e compatível com a prática de mercado.

Por fim, a remuneração baseada em ações a qual determinados administradores da Companhia fazem jus, objetiva a promover o crescimento e a lucratividade a longo prazo da Companhia, proporcionando às pessoas que estão ou estarão envolvidas no crescimento da Companhia a oportunidade de adquirir um direito de propriedade na Companhia, desse modo estimulando essas pessoas a contribuírem e participarem do sucesso da Companhia.

Exceto por um determinado membro do Comitê de Auditoria, que recebe honorários fixos mensais seguindo o padrão de mercado, os membros do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria

e do Comitê de Gestão do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não fazem jus a qualquer remuneração fixa ou benefícios.

**(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos três últimos exercícios sociais:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017					
% em relação à remuneração total					
	Salário pró-labore	Benefícios diretos e indiretos	Participação de resultados	Baseada em ações, incluindo opções	Total
<b>Conselho de Administração</b>	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Diretoria</b>	31%	5%	35%	29%	100%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016					
% em relação à remuneração total					
	Salário pró-labore	Benefícios diretos e indiretos	Participação de resultados	Baseada em ações, incluindo opções	Total
<b>Conselho de Administração</b>	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Diretoria</b>	30%	18%	50%	2%	100%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015					
% em relação à remuneração total					
	Salário pró-labore	Benefícios diretos e indiretos	Participação de resultados	Baseada em ações, incluindo opções	Total
<b>Conselho de Administração</b>	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Diretoria</b>	36%	21%	43%	0%	100%

**(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

As políticas de remuneração e planos de incentivo da Companhia foram criadas com base nas pesquisas de mercado elaboradas por consultorias especializadas e pela discricionariedade dos administradores da Companhia, e preveem remunerações fixas e variáveis, bem como incentivos de curto e longo prazo (i.e. opções de compra de ações), os quais são estabelecidos mediante desempenho e cumprimento de metas.

Os valores são reajustados anualmente conforme: (i) meritocracia, (ii) índices oficiais de inflação, e (iii) análise da movimentação salarial de empresas do setor de varejo e de porte comparável ao da Companhia apresentada pelas pesquisas salariais e de benefícios.

**(iv) razões que justificam a composição da remuneração**

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de seus executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

**(v) membros não remunerados**

Nos últimos três exercícios sociais, os membros do Conselho de Administração da Companhia não foram remunerados. Os membros do conselho de administração são remunerados dentro da plataforma global de remuneração dos seus respectivos acionistas, e não pelas empresas que compõem o seu portfólio de investimento, como no caso da Companhia.

**(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Os principais indicadores para a definição da remuneração variável são os seguintes: (i) meta do EBITDA da Companhia; e (ii) metas individuais, que se baseiam no alcance de resultados e metas pré-acordadas.

As metas são específicas, mensuráveis, realistas e expressam o impacto final esperado pela organização do esforço empreendido por cada diretor.

**(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

A parcela variável dos diretores está vinculada ao desempenho da própria Companhia no período em questão. Sendo assim, os valores a serem pagos aos diretores da Companhia a título de remuneração variável dependem dos resultados da Companhia (meta coletiva) e do alcance das metas individuais de tais diretores.

**(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os colaboradores da Companhia a buscar a melhor rentabilidade dos projetos desenvolvidos pela Companhia, de forma a alinhar os interesses destes com os da Companhia.

Em uma perspectiva de curto, médio e longo prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e pacotes de benefícios compatíveis com o mercado.

**(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não aplicável, tendo em vista que não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

**(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Os Beneficiários dos Planos poderão fazer jus às opções de compra. Para mais informações sobre os Planos da Companhia ver item 13.4 deste Formulário de Referência.

**(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria**

A Companhia possui diretrizes que devem ser observadas quanto à remuneração dos seus administradores de modo a alinhar os seus interesses e os objetivos da Companhia.

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de seus executivos, visando ganho por metas estabelecidas de resultado e metas operacionais de curto e longo prazo.

**(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam**

Participam do processo decisório para definir a remuneração individual dos administradores da Companhia os seguintes órgãos: Comitê de Remuneração, Comitê de Gestão do Plano de Opção de Compra de Ações e Conselho de Administração, determinando a proporção de cada componente das remunerações. A critério do Conselho de Administração, do Comitê de Gestão e Comitê de Remuneração, a Companhia pode contratar empresas especializadas para consultoria de remuneração, a fim de estruturar o arcabouço competitivo de remuneração.

**(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual**

A fixação da remuneração individual dos administradores da Companhia é realizada utilizando critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das suas diferentes estruturas funcionais, assegurando a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

Ademais, a Companhia utiliza estudos para avaliação e comparação da posição a ser remunerada com o mercado, levando em consideração empresas de mesmo porte do segmento de atuação bem como de outros segmentos que sejam concorrentes para fins de contratação dos executivos.

**(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração**

O Conselho de Administração, Comitê de Gestão e Comitê de Remuneração avaliam a adequação das suas diretrizes internas com periodicidade anual. Para tal, utilizam pesquisa salarial realizada por consultoria externa, a qual considera empresas de mesmo porte do segmento de atuação bem como de outros segmentos que sejam concorrentes para fins de contratação dos executivos.

## 13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	8,00	0,00	15,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	4.926.966,66	0,00	4.926.966,66
Benefícios diretos e indiretos	0,00	1.012.394,53	0,00	1.012.394,53
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.837.610,00	0,00	1.837.610,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	INSS para Estatutários	0,00	0,00
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	4.261.083,33	0,00	4.261.083,33
Participação de resultados	0,00	6.261.194,69	0,00	6.261.194,69
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	N/A	N/A	N/A	
<b>Total da remuneração</b>	<b>0,00</b>	<b>18.299.249,22</b>	<b>0,00</b>	<b>18.299.249,22</b>

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,33	8,00	0,00	18,33
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	4.554.025,78	0,00	4.554.025,78
Benefícios diretos e indiretos	0,00	924.081,20	0,00	924.081,20
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.440.985,956	0,00	1.440.985,956
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	INSS para Estatutários	N/A	N/A
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	2.650.904,00	0,00	2.650.904,00
Participação de resultados	0,00	4.116.369,00	0,00	4.116.369,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações, incluindo opções</b>	0,00	5.439.314,07	0,00	5.439.314,07
<b>Observação</b>	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
<b>Total da remuneração</b>	<b>0,00</b>	<b>19.125.680,01</b>	<b>0,00</b>	<b>19.125.680,01</b>



Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2016- Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,66	6,66	0,00	15,32
Nº de membros remunerados	0,00	6,66	0,00	6,66
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	3.430.150,59	0,00	3.430.150,59
Benefícios diretos e indiretos	0,00	781.549,65	0,00	781.549,65
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.298.248,25	0,00	1.298.248,25
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	INSS para Estatutários	N/A	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	3.061.090,64	0,00	3.061.090,64
Participação de resultados	0,00	2.783.641,80	0,00	2.783.641,80
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	257.118,35	0,00	257.118,35
<b>Observação</b>	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
<b>Total da remuneração</b>	<b>0,00</b>	<b>11.611.799,28</b>	<b>0,00</b>	<b>11.611.799,28</b>

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2015- Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,91	7,00	0,00	13,91
Nº de membros remunerados	0,00	7,00	0,00	7,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	403.080,62	0,00	403.080,62
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.324.600,00	0,00	1.324.600,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	INSS para Estatutários	N/A	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	3.623.000,00	0,00	3.623.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações, incluindo opções</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
<b>Total da remuneração</b>	<b>0,00</b>	<b>8.350.680,62</b>	<b>0,00</b>	<b>8.350.680,62</b>

### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Prevista para 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	8,00	0,00	15,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.290.000,00	0,00	4.290.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	2.860.000,00	0,00	2.860.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	7.294.950,00	0,00	7.294.950,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	4.863.300,00	0,00	4.863.300,00

31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,33	8,00	0,00	18,33
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.749.038,84	0,00	3.749.038,84
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	2.320.000,00	0,00	2.320.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5.623.558,26	0,00	5.623.558,26
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	3.480.000,00	0,00	3.480.000,00

31/12/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,66	6,66	0,00	15,32
Nº de membros remunerados	0,00	6,66	0,00	6,66
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.248.000,00	0,00	4.248.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	2.832.000,00	0,00	2.832.000,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.510.000,00	0,00	3.510.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	2.340.000,00	0,00	2.340.000,00

31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,91	7,00	0,00	13,91
Nº de membros remunerados	0,00	7,00	0,00	7,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	6.546.150,00	0,00	6.546.150,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	4.364.150,00	0,00	4.364.150,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

#### Primeiro Plano

O primeiro plano de opção de ações de emissão da Companhia foi aprovado em 7 de julho de 2014 e alterado em 22 de junho de 2017 (“**Primeiro Plano**”). No âmbito do Primeiro Plano foram outorgadas 67.568 (sessenta e sete mil quinhentas e sessenta e oito) opções em benefício dos membros da administração da Companhia. Cada opção atribuiu ao seu titular o direito à aquisição de 1 (uma) ação de emissão da Companhia.

#### Segundo Plano

O segundo plano de opção de ações de emissão da Companhia foi aprovado em 22 de junho de 2017 (“**Segundo Plano**”). No âmbito do Segundo Plano foram outorgadas 25.244 (vinte e cinco mil duzentas e quarenta e quatro) opções em benefício dos membros da administração da Companhia. Cada opção atribuiu ao seu titular o direito à aquisição de 1 (uma) ação de emissão da Companhia.

#### Terceiro Plano

O terceiro plano de opção de ações de emissão da Companhia foi aprovado em 22 de junho de 2017 (“**Terceiro Plano**” e, conjuntamente com o Primeiro Plano e o Segundo Plano, “**Planos**”). No âmbito do Terceiro Plano, até a data deste Formulário de Referência, foram outorgadas 49.434 (quarenta e nove mil quatrocentas e trinta e quatro) opções em benefício dos membros da administração da Companhia, restando 8.015 (oito mil e quinze) opções passíveis de serem outorgadas. Cada opção atribui ao seu titular o direito à aquisição de 1 (uma) ação de emissão da Companhia.

#### **(a) termos e condições gerais**

Os Planos são geridos pelo Comitê de Gestão. Exceto pelos membros do Comitê de Gestão que forem Diretores (e, portanto, poderão participar do Terceiro Plano), os demais membros do Comitê de Gestão não poderão receber opções. O Comitê de Gestão poderá estabelecer termos e/ou condições precedentes, bem como regras específicas, aplicáveis a um ou mais participantes, para o exercício das opções, prazo de *vesting*, antecipação do prazo de *vesting*, antecipação e/ou prorrogação do prazo para exercício das opções, dentre outros, observado o disposto na assembleia geral e nos respectivos Planos. O Comitê de Gestão, respeitado o disposto na assembleia geral, nos respectivos Planos e no contrato de outorga, poderá determinar restrições adicionais à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação de ações pelo participante.

O Comitê de Gestão poderá criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações (“**Programas**”), nos quais serão definidos (i) os termos e as condições de cada outorga de opções, (ii) as pessoas às quais as opções serão concedidas, (iii) o número, o percentual e a espécie de ações da Companhia que os participantes terão direito de subscrever com o exercício da opção, (iv) os prazos (mínimo e máximo) para o exercício da opção, (v) o eventual escalonamento das opções concedidas em lotes sujeitos a prazos mínimos, e (vi) quaisquer restrições às ações recebidas pelo exercício de opções e disposições sobre penalidades eventualmente aplicáveis, observadas as linhas básicas estabelecidas no Plano e na Assembleia Geral. Os contratos serão individualmente elaborados para cada participante, podendo o Comitê de Gestão estabelecer

termos e condições diferenciados para cada contrato, dentro dos limites gerais fixados pelos Planos, pela Assembleia Geral e pelo respectivo Programa.

Para fins de esclarecimento, o Primeiro Plano e o Segundo Plano já foram outorgados em sua totalidade, restando apenas parte do Terceiro Plano passível de ser outorgada.

Os membros da administração e empregados da Companhia e de suas afiliadas são elegíveis aos Planos (exceto os membros do Comitê de Gestão que não forem Diretores). O Comitê de Gestão poderá, a seu exclusivo critério, definir os níveis de empregados elegíveis aos Planos, bem como ampliar a abrangência dos Planos para outros níveis de cargo de empregados, quando da criação de cada Programa. Em cada Programa, o Comitê de Gestão indicará os participantes aos quais serão oferecidas opções. A indicação de determinados participantes em determinado Programa não lhes confere o direito de serem indicados como participantes em qualquer Programa futuro.

Enquanto não forem exercidas e convertidas em ações, as opções não farão jus a dividendos, juros sobre capital próprio ou recebimento de valores a título de redução de capital ou bonificação, dentre outros. Da mesma forma, enquanto não forem exercidas e convertidas em ações, as opções não terão direito de voto ou qualquer outro direito patrimonial ou político na Companhia.

#### Primeiro Plano

No âmbito dos Programas do Primeiro Plano, foram outorgadas 67.568 (sessenta e sete mil quinhentas e sessenta e oito), das quais (i) 14.326 (quatorze mil trezentas e vinte e seis) opções foram exercidas e os Participantes receberam as respectivas ações e, na sequência, foram alienadas pelos participantes para o Montjuic Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; (ii) 23.362 (vinte e três mil, trezentas e sessenta e duas) opções tiveram seu respectivo período de *vesting* completo, porém ainda não foram exercidas; (iii) 26.622 (vinte e seis mil seiscentas e vinte e duas) foram exercidas e as respectivas ações entregues aos beneficiários do Primeiro Plano; e (iv) 3.258 (três mil duzentas e cinquenta e oito) opções ainda não tiveram seu respectivo período de *vesting* completo.

#### Segundo Plano

No âmbito dos Programas do Segundo Plano, foram outorgadas 25.244 (vinte e cinco mil duzentas e quarenta e quatro), das quais (i) 12.623 (doze mil seiscentas e vinte e três) foram exercidas e as respectivas ações entregues aos beneficiários do Segundo Plano; e (ii) 12.621 (doze mil seiscentas e vinte e uma) opções ainda não tiveram seu respectivo período de *vesting* completo.

#### Terceiro Plano

No âmbito dos Programas do Terceiro Plano, foram outorgadas 49.434 (quarenta e nove mil quatrocentas e trinta e quatro), das quais (i) 4.947 (quatro mil novecentas e quarenta e sete) já tiveram seu respectivo período de *vesting* completo, porém ainda não foram exercidas; e (ii) 44.487 (quarenta e quatro mil quatrocentas e oitenta e sete) opções ainda não tiveram seu respectivo período de *vesting* completo.

### **(b) principais objetivos do plano**

Os Planos destinam-se a promover o crescimento e a lucratividade a longo prazo da Companhia, proporcionando às pessoas que estão ou estarão envolvidas no crescimento da Companhia a oportunidade de adquirir um direito de propriedade na Companhia, desse modo estimulando essas pessoas a contribuírem e participarem do sucesso da Companhia.



**(c) forma como o plano contribui para esses objetivos**

Os Planos conferem aos seus participantes a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia. Ao possibilitar que os participantes se tornem acionistas da Companhia, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia, assim maximizando seus lucros. Os Planos estimulam os participantes, ainda, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização imediata das ações de emissão da Companhia, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações, igualmente relevantes em face do modelo adotado. O modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

**(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor**

A Companhia possui como política a valorização da meritocracia, estabelecendo metas específicas para seus diretores, empregados, consultores e assessores individuais, atuais e futuros, da Companhia, as quais devem ser cumpridas em troca de remuneração adicional ao final do período. A Companhia acredita que os Planos se adequam à sua política de remuneração, estimulando seus respectivos beneficiários a perseguirem melhores resultados para a Companhia, o que tem impacto direto na remuneração de diretores, empregados, consultores e assessores individuais, atuais e futuros, da Companhia.

**(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**

Os Planos alinham os interesses da Companhia, de seus diretores, empregados, consultores e assessores individuais, atuais e futuros, na medida em que visa à otimização da gestão e a manutenção de seus principais diretores, empregados, consultores e assessores individuais, atuais e futuros, da Companhia cujo comprometimento e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições impactarão positivamente os resultados da Companhia no curto e longo prazo.

**(f) número máximo de ações abrangidas**

Primeiro Plano

O Primeiro Plano está limitado a um número máximo de 67.568 (sessenta e sete mil, quinhentos e sessenta e oito) opções, cujo respectivo número de ações, se exercidas as opções, corresponderia a 3,84% do capital social da Companhia, sendo vedado o aumento do número de ações.

Segundo Plano

O Segundo Plano está limitado a um número máximo de 25.244 (vinte e cinco mil, duzentas e quarenta e quatro) opções, cujo respectivo número de ações, se exercidas as opções, corresponderia a 1,47% do capital social da Companhia, sendo vedado o aumento do número de ações.

### Terceiro Plano

O Terceiro Plano está limitado a um número máximo de 57.449 (cinquenta e sete mil, quatrocentas e quarenta e nove) opções, cujo respectivo número de ações, se exercidas as opções, corresponderia a 3,29% do capital social da Companhia, sendo vedado o aumento do número de ações.

## **(g) número máximo de opções a serem outorgadas**

### Primeiro Plano

O Primeiro Plano está limitado a um número máximo de 67.568 (sessenta e sete mil, quinhentos e sessenta e oito) opções.

### Segundo Plano

O Segundo Plano está limitado a um número máximo de 25.244 (vinte e cinco mil, duzentas e quarenta e quatro) opções.

### Terceiro Plano

O Terceiro Plano está limitado a um número máximo de 57.449 (cinquenta e sete mil, quatrocentas e quarenta e nove) opções.

## **(h) condições de aquisição de ações**

### Primeiro Plano

Em virtude do exercício da opção e até a data assim informada pela Companhia, o participante deverá pagar à Companhia o preço de exercício determinado em cada Programa (i) a título de integralização das ações subscritas, quando o exercício se der através de aumento de capital, ou (ii) a título de pagamento do preço de aquisição, quando o exercício se der através da aquisição de ações mantidas em tesouraria pela Companhia. O pagamento do preço de exercício deverá sempre se dar em dinheiro, mediante depósito em conta corrente de titularidade da Companhia, conforme indicado por esta.

Caso o participante não pague o preço de exercício nas condições previstas, ele não receberá as ações correspondentes e as pertinentes opções estarão imediatamente extintas e canceladas, para todos os fins. Sem prejuízo do disposto acima, ainda que a Companhia autorize excepcionalmente a aquisição pelo participante de ações ainda não pagas, enquanto o preço de exercício a elas correspondente não for pago integralmente as ações não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Comitê de Gestão, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do participante para com a Companhia.

### Segundo Plano

Em virtude do exercício da opção e até a data assim informada pela Companhia, o participante deverá pagar à Companhia o preço de exercício determinado em cada programa (i) a título de integralização das ações subscritas, quando o exercício se der através de aumento de capital, ou (ii) a título de pagamento do preço de aquisição, quando o exercício se der através da aquisição de ações mantidas em tesouraria pela Companhia. O pagamento do preço de exercício deverá sempre

se dar em dinheiro, mediante depósito em conta corrente de titularidade da Companhia, conforme indicado por esta.

Caso o participante não pague o preço de exercício nas condições previstas, ele não receberá as ações correspondentes e as pertinentes opções estarão imediatamente extintas e canceladas, para todos os fins. Sem prejuízo do disposto acima, ainda que a Companhia autorize excepcionalmente a aquisição pelo participante de ações ainda não pagas, enquanto o preço de exercício a elas correspondente não for pago integralmente as ações não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Comitê de Gestão, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do participante para com a Companhia.

Os participantes indicados para participação no Segundo Plano que também participam do Primeiro não poderão exercer ou integralizar nenhuma opção outorgada no âmbito do Segundo Plano antes de exercerem e integralizarem a totalidade, e não menos que a totalidade, das opções outorgadas no âmbito do Primeiro Plano.

### Terceiro Plano

Salvo decisão em contrário do Comitê de Gestão ou a menos que o participante decida proceder de outra forma, o participante utilizará pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor da participação nos lucros e resultados, bônus de desempenho ou qualquer outra modalidade de remuneração variável anual a que fizer jus, líquido de imposto de renda e outros encargos incidentes (“RV” – **“Aplicação Mínima”**), para o pagamento do preço de exercício das opções remanescentes e/ou das opções que se tornarem exercíveis até 31 de julho do mesmo exercício em que houve pagamento de RV.

Caso os recursos correspondentes à utilização da RV não sejam suficientes para que o participante exerça todas as opções que já forem exercíveis até o recebimento da RV (**“Opções Remanescentes”**), tais Opções Remanescentes permanecerão válidas e exercíveis. Além da Aplicação Mínima, o participante utilizará para o pagamento do exercício das Opções Remanescentes a totalidade dos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos em virtude da titularidade de quaisquer ações da Companhia que o participante já tenha recebido por conta do exercício pregresso de opções de compra de ações da Companhia.

O participante que não realizar a Aplicação Mínima na forma e para os fins previstos no Terceiro Plano terá a quantidade de suas opções do respectivo lote reduzida na proporção do percentual da sua RV que não for utilizada, salvo se o Participante já houver subscrito e integralizado, até aquela data (ou seja, até a data do pagamento da RV ao participante), pelo menos um número idêntico de ações com recursos próprios (excluídas aquelas ações computadas para esse mesmo fim em anos anteriores).

Em virtude do exercício da opção e até a data assim informada pela Companhia, o Participante deverá pagar à companhia o preço de exercício determinado em cada programa (i) a título de integralização das ações subscritas, quando o exercício se der através de aumento de capital, ou (ii) a título de pagamento do preço de aquisição, quando o exercício se der através da aquisição de ações mantidas em tesouraria pela Companhia. O pagamento do preço de exercício deverá sempre se dar em dinheiro, mediante depósito em conta corrente de titularidade da Companhia, conforme indicado por esta.

Caso o participante não pague o preço de exercício nas condições previstas, ele não receberá as ações correspondentes e as pertinentes opções estarão imediatamente extintas e canceladas, para todos os fins. Sem prejuízo do disposto acima, ainda que a Companhia autorize excepcionalmente a aquisição pelo participante de ações ainda não pagas, enquanto o preço de exercício a elas

correspondente não for pago integralmente as ações não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Comitê de Gestão, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do participante para com a Companhia.

Os Participantes indicados para participação no Terceiro Plano que também participam **(i)** do Primeiro Plano; e/ou **(ii)** do Segundo Plano não poderão exercer ou integralizar nenhuma opção outorgada no âmbito do Terceiro Plano antes de exercerem e integralizarem a totalidade, e não menos que a totalidade, das opções outorgadas no âmbito do Primeiro Plano e do Segundo Plano, nesta ordem.

#### **(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

##### Primeiro Plano

O preço de exercício das opções a ser pago pelos participantes quando da integralização ou aquisição das ações, conforme o caso, será de R\$800,51 (oitocentos reais e cinquenta e um centavos) por ação, a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE (“**IPCA**”), mais 5,0% (cinco por cento) ao ano, até a data do efetivo pagamento.

O preço de exercício será ajustado a menor no mesmo montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio por ação que venham a ser pagos pela Companhia a partir da data de celebração do contrato de outorga com o participante e até a data do exercício das opções, bem como será ajustado a menor o preço de exercício no mesmo montante pago por ação a título de redução de capital sempre que tal redução não ocorrer através do cancelamento de ações.

##### Segundo Plano

O preço de exercício das opções a ser pago pelos participantes quando da integralização ou aquisição das ações, conforme o caso, será de R\$647,96 (seiscentos e quarenta e sete reais e noventa e seis centavos) por ação, a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE (“**IPCA**”), até a data do efetivo pagamento.

O preço de exercício será ajustado a menor no mesmo montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio por ação que venham a ser pagos pela Companhia a partir da data de celebração do contrato de outorga com o Participante e até a data do exercício das opções, bem como será ajustado a menor o preço de exercício no mesmo montante pago por ação a título de redução de capital sempre que tal redução não ocorrer através do cancelamento de ações.

##### Terceiro Plano

O preço de exercício das opções a ser pago pelos participantes quando da integralização ou aquisição das ações, conforme o caso, será de R\$967,39 (novecentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos) por ação, a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE (“**IPCA**”), até a data do efetivo pagamento.

O preço de exercício será ajustado a menor no mesmo montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio por ação que venham a ser pagos pela Companhia a partir da data de celebração do contrato de outorga até a data do exercício das opções, bem como será ajustado a menor o preço de exercício no mesmo montante pago por ação a título de redução de capital sempre que tal redução não ocorrer através do cancelamento de ações.

**(j) critérios para fixação do prazo de exercício**

Primeiro Plano

O primeiro lote de opções do Primeiro Plano pode ser exercido a partir de 14 de julho de 2014 (“**Lote Inicial**” ou “**Vesting Inicial**”, conforme aplicável), sendo o direito de exercer os demais lotes adquiridos de forma sucessiva (“**Lotes Subsequentes**” ou “**Vestings Subsequentes**”):

14/7/2018	14/7/2019	14/7/2020
2.364	894	0

As opções objeto do Lote Inicial e dos Lotes Subsequentes do Primeiro Plano não expirarão e poderão ser exercidas a qualquer tempo após o respectivo vesting observado, porém, as hipóteses de antecipação de vesting (item “m”) ou de desligamento do participante (item “n”). Sem prejuízo, o Comitê de Gestão poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de vesting. O Comitê de Gestão poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, antecipar o período de vesting das opções dos participantes.

Segundo Plano

O Lote Inicial de opções do Segundo Plano pode ser exercido a partir de 14 de julho de 2017, sendo o direito de exercer os demais lotes adquiridos de forma sucessiva:

14/7/2018	14/7/2019
4.345	8.276

As opções objeto do Lote Inicial e dos Lotes Subsequentes do Segundo Plano não expirarão e poderão ser exercidas a qualquer tempo após o respectivo vesting observado, porém, as hipóteses de antecipação de vesting (item “m”) ou de desligamento do participante (item “n”). Sem prejuízo, o Comitê de Gestão poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de vesting. O Comitê de Gestão poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, antecipar o período de vesting das opções dos participantes.

Terceiro Plano

O Lote Inicial de opções do Terceiro Plano pode ser exercido a partir de 14 de julho de 2017, sendo o direito de exercer os demais lotes adquiridos de forma sucessiva:

14/7/2018	14/7/2019	14/7/2020	14/7/2021
4.947	9.886	14.827	14.827

As opções objeto do Lote Inicial e dos Lotes Subsequentes do Terceiro Plano não expirarão e poderão ser exercidas a qualquer tempo após o respectivo vesting observado, porém, as hipóteses de antecipação de vesting (item “m”) ou de desligamento do participante (item “n”). Sem prejuízo, o Comitê de Gestão poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de vesting. O Comitê de Gestão poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, antecipar o período de vesting das opções dos participantes.

**(k) forma de liquidação**

Primeiro Plano, Segundo Plano e Terceiro Plano

Em virtude do exercício da opção, o participante deverá pagar à Companhia o preço de exercício determinado em cada Programa **(i)** a título de integralização das ações subscritas, quando o exercício se der através de aumento de capital, ou **(ii)** a título de pagamento do preço de aquisição, quando o exercício se der através da aquisição de ações mantidas em tesouraria pela Companhia. O pagamento do preço de exercício deverá sempre se dar em dinheiro, mediante depósito em conta corrente de titularidade da Companhia.

**(l) restrições à transferência das ações**

Primeiro Plano, Segundo Plano e Terceiro Plano

As ações de titularidade do participante, quando este se desligar da Companhia voluntariamente ou mediante demissão ou destituição, com ou sem justa causa (“**Eventos de Desligamento**”) não poderão ser alienadas, cedidas ou transferidas pelo participante, a qualquer título, para qualquer pessoa ou terceiro, a partir da data de comunicação acerca do Evento de Desligamento e durante o período de 1 (um) ano a contar da formalização de tal Evento de Desligamento (“**Prazo de Lock Up**”).

Caso, dentro do Prazo de Lock Up, o participante (i) venha a ingressar, atuar, participar e/ou investir em qualquer negócio concorrente da Companhia, no território nacional, a qualquer título, seja como sócio, acionista, empregado, consultor ou de qualquer outra forma; e/ou (ii) por si ou por terceiros, contrate, ofereça emprego ou requisite os serviços de qualquer empregado, diretor, executivo ou consultor exclusivo da Companhia; e/ou (iii) por si ou por terceiros, adote qualquer comportamento que interfira ou possa interferir adversamente na relação da Companhia com seus fornecedores, prestadores de serviços e/ou clientes, a Companhia poderá exercer, a seu exclusivo critério, uma opção de compra sob tais ações. Um Lock-Up específico em caso de realização do IPO está indicado no item (m) abaixo.

**(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

Primeiro Plano, Segundo Plano e Terceiro Plano

Para fins do Primeiro Plano e do Segundo Plano, o Vesting Inicial e os Vestings Subsequentes poderão ser integralmente antecipados no caso de alienação onerosa de ações de emissão da Companhia que implique a perda dos direitos políticos ou a limitação material dos poderes de controle da Companhia, tal como atualmente detidos e exercidos pela Vinci Capital Partners II B Fundo de Investimento e Participações – Multiestratégia.

Para fins do Terceiro Plano, o Vesting Inicial e os Vestings Subsequentes poderão ser integralmente antecipados caso ocorra qualquer operação que resulte na Troca de Controle da Companhia, considerando-se a Troca de Controle da Companhia para os fins do Plano qualquer transferência (ou conjunto de transferências, relacionadas ou não, similares ou não, que sejam implementadas durante a vigência do Plano) inclusive cessão, transferência, venda, alienação, permuta, troca, arrendamento, locação, doação, ônus, gravame, aumento de capital, aporte sob qualquer forma e a qualquer título, fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou emissão de novas ações ou

valores mobiliários conversíveis em ações, quer voluntária quer involuntária que, consideradas conjuntamente, resultem (i) na transferência, direta ou indireta, de pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma das ações com direito de voto de emissão ou valores mobiliários conversíveis em ações com direito de voto de emissão da Companhia; e (ii) na perda pela Vinci Capital Partners II B Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (ou seus sucessores ou seus cessionários permitidos) e Montjuic Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (ou seus sucessores ou seus cessionários permitidos) do direito de participar das reuniões prévias (*Prior Meetings*).

Caso uma mesma ação de emissão da Companhia (bem como as ações que possam vir a ser emitidas em decorrência de valores mobiliários conversíveis em ações com direito de voto de emissão da Companhia) venha a ser transferida mais de uma vez, tal ação deverá ser contabilizada apenas uma vez para fins de composição do percentual de 50% (cinquenta por cento) acima.

Ocorrendo a Troca de Controle da Companhia, o participante: (i) poderá exercer a suas opções e vender, conjuntamente com os acionistas vendedores, a totalidade das ações adquiridas por força do exercício de suas respectivas opções. Caso o participante opte por não exercer a totalidade de suas opções, as opções restantes deverão ser exercidas em até 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de ocorrência da hipótese de Troca de Controle da Companhia, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; ou (ii) se assim demandado pela Companhia, deverá exercer a totalidade de suas opções ainda não exercidas e vender, conjuntamente com os acionistas vendedores, a totalidade das ações adquiridas por força do exercício de suas respectivas opções.

Na hipótese de um IPO, o seguinte deverá ser observado:

(i) Lock-Up: as ações que já tenham sido adquiridas pelo participante, bem como aquelas que venham a ser adquiridas em função do exercício das respectivas opções somente poderão ser alienadas, vendidas, cedidas, doadas ou de qualquer forma oneradas em benefício de terceiro após transcorrido 1 (um) ano a contar da realização do IPO (observado, no entanto, o quanto estipulado a seguir caso o IPO envolva oferta secundária);

(ii) Caso o IPO tenha envolvido oferta secundária: o Participante poderá alienar determinado número de ações que seja proporcional à participação a ser alienada pelos acionistas vendedores na oferta secundária (sendo certo que, para tal propósito, se necessário for, o prazo de exercício de parte das opções poderá ser antecipado, de modo que tal participante possa participar da oferta secundária em conjunto com os acionistas vendedores). Na hipótese dos acionistas vendedores no âmbito de uma oferta secundária alienarem suas respectivas participações de maneira desproporcional entre si, o percentual de ações do participante que poderá ser alienado na oferta secundária deverá ser calculado de acordo com a média dos percentuais de participação a serem alienados pelos acionistas vendedores. Não obstante, em todo e qualquer caso, independentemente do percentual de ações a ser alienado pelos acionistas vendedores, as ações a serem alienadas pelo participante não poderão ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total de suas ações. As ações detidas pelo participante que não forem alienadas no contexto de oferta secundária, conforme as regras aqui estipuladas, permanecerão objeto da restrição de Lock-Up);

#### Somente para o Primeiro Plano e Segundo Plano

(iii) Antecipação do Vesting de Opções: as Opções que não estiverem Vested após decorridos 2 (dois) anos a contar do IPO, terão os seus respectivos Vestings antecipados quando transcorridos 2 (dois) anos a contar da realização do IPO e, a partir de então, poderão ser exercidas por um período de 24 (vinte e quatro) meses, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

#### Somente para o Terceiro Plano

(iv) Manutenção do Vesting de Opções: exceto para fins do item (ii), o prazo de vesting das opções indicado no item “j” acima não sofrerá qualquer tipo de alteração ou de antecipação em razão do IPO.

#### **(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

##### Primeiro Plano, Segundo Plano e Terceiro Plano

Nas hipóteses de desligamento do participante por demissão ou destituição, com ou sem justa causa, ou aposentadoria, os direitos a ele conferidos de acordo com o contrato de outorga poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto a seguir:

Se, a qualquer tempo durante a vigência dos Planos, o participante desligar-se da Companhia voluntariamente, seja pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador ou em decorrência de pedido de aposentadoria facultativa ou compulsória: (i) as opções que ainda não sejam exercíveis na data do seu desligamento (“**Opções Non-Vested**”) restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as opções já exercíveis na data do seu desligamento (“**Opções Vested**”) poderão ser exercidas, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Se, a qualquer tempo durante a vigência dos Planos, o participante for desligado da Companhia mediante demissão ou destituição do seu cargo (ou não reeleição), sem justa causa: (i) as Opções Non-Vested restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções Vested poderão ser exercidas, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o participante for desligado da Companhia mediante demissão ou destituição do seu cargo por justa causa, todas as opções que lhe tenham sido concedidas, sejam elas Vested ou Non-Vested, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, sem prejuízo de eventual exercício pela Companhia de direito de recompra das ações detidas por tal participante, nos termos do contrato.

Na hipótese de falecimento ou invalidez permanente do participante, os direitos decorrentes das opções estender-se-ão a seus herdeiros e sucessores e as opções poderão ser exercidas observadas as seguintes disposições: (i) as Opções Non-Vested passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, para que possam ser exercidas pelos participantes ou pelos herdeiros ou sucessores do participante, conforme for o caso, por um período de 1 (um) ano a contar da data do óbito ou desligamento por invalidez permanente; e (ii) as Opções Vested na data do óbito ou desligamento por invalidez permanente permanecerão inalteradas, podendo ser exercidas por um período de 36 (trinta e seis) meses, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, observados os termos e condições do contrato.



### 13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Prevista para 31/12/2018		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>N° total de membros</b>	7,00	8,00
<b>N° de membros remunerados</b>	0,00	8,00
<b>Preço médio ponderado de exercício:</b>		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	<p>SOP 1: R\$800,51 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA mais 5,0% ao ano.</p> <p>SOP 2: R\$647,96 (seiscentos e quarenta e sete reais e noventa e seis centavos) a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA.</p> <p>SOP 3: R\$967,39 (novecentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos) a ser corrigido desde 14 de junho de 2016.</p>
b. Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
c. Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	<p>SOP 1: R\$800,51 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA mais 5,0% ao ano.</p> <p>SOP 2: R\$647,96 (seiscentos e quarenta e sete reais e noventa e seis centavos) a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA.</p> <p>SOP 3: R\$967,39 (novecentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos) a ser corrigido desde 14 de junho de 2016.</p>
d. Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	N/A	3,99%

31/12/2017		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,33	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00
<b>Outorga de opções de compras de ações</b>		
Data de outorga	N/A	22 de junho de 2017
Quantidade de opções outorgadas	N/A	SOP 1: 4.081 SOP 2: 25.244 SOP 3: 49.434
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	SOP 1: (a) 4.081 em 14.7.2017  SOP 2: (a) 12.623 em 14.7.2017; (b) 4.345 em 14.7.2018 e (c) 8.276 em 14.7.2019  SOP 3: (a) 4.947 em 14.7.2017; (b) 4.947 em 14.7.2018; (c) 9.886 em 14.7.2019 (d) 14.827 em 14.7.2020; e (e) 14.827 em 14.7.2021
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	SOP 1 e SOP 2: 24 (vinte e quatro) meses após 2º aniversário do IPO  SOP 3: N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano após: (i) desligamento; ou (ii) IPO da Companhia
<b>Preço médio ponderado de exercício:</b>		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	SOP 1: R\$800,51 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA mais 5,0% ao ano.  SOP 2: R\$647,96 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA.  SOP 3: R\$967,39 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA.
b. Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
c. Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	SOP 1: R\$904,73 SOP 2: R\$680,84
d. Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	N/A	3,99%

31/12/2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>N° total de membros</b>	8,66	6,66
<b>N° de membros remunerados</b>	0,00	6,66
<b>Outorga de opções de compras de ações</b>		
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
<b>Preço médio ponderado de exercício:</b>		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	SOP 1: R\$800,51 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA mais 5,0% ao ano.
b. Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
c. Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	R\$800,51
d. Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
<b>Valor justo das opções na data de cada outorga</b>	N/A	R\$800,51
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	N/A	3,05%

31/12/2015		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,91	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	7,00
<b>Outorga de opções de compras de ações</b>		
Data de outorga	N/A	30/07/2015
Quantidade de opções outorgadas	N/A	8.824
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	2016: 19.985 2017: 2.644 2018: 2.644 2019: 446 2020: 448
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano após: (i) desligamento; ou (ii) IPO da Companhia
<b>Preço médio ponderado de exercício:</b>		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	SOP 1: R\$800,51 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA mais 5,0% ao ano.
b. Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
c. Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	R\$761,22
d. Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
<b>Valor justo das opções na data de cada outorga</b>	N/A	R\$761,22
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	N/A	3,05%

**13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária**

31/12/2017		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,33	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00
<b>Opções ainda não exercíveis</b>		
Quantidade	N/A	SOP 1: 3.258 SOP 2: 12.621 SOP 3: 44.487
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	SOP 1: (a) 2.364 em 14.7.2018; (b) 894 em 14.7.2019. SOP 2: (a) 4.345 em 14.7.2018 e (b) 8.276 em 14.7.2019 SOP 3: (a) 4.947 em 14.7.2018; (b) 9.886 em 14.7.2019 (c) 14.827 em 14.7.2020; e (d) 14.827 em 14.7.2021
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	SOP 1 e SOP 2: 24 (vinte e quatro) meses após 2º aniversário do IPO SOP 3: N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano após IPO
Preço médio ponderado de exercício	N/A	SOP 1: R\$800,51 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA. SOP 2: R\$647,96 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA. SOP 3: R\$967,39 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA.
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	SOP 1: R\$145,42 SOP 2: R\$275,04 SOP 3: R\$111,80
<b>Opções exercíveis</b>		
Quantidade	N/A	SOP 1: 23.362 SOP 3: 4.947
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	SOP 1 e SOP 2: 24 (vinte e quatro) meses após 2º aniversário do IPO SOP 3: N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano após IPO
Preço médio ponderado de exercício	N/A	SOP 1: R\$800,51 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA mais 5,0% ao ano. SOP 2: R\$647,96 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA. SOP 3: R\$967,39 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA.
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	SOP 1: R\$145,42 SOP 2: R\$275,04 SOP 3: R\$111,80
Valor justo total das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$12.869.437,79

### 13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

31/12/2017		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	10,33	8,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	0,00	8,00
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	N/A	SOP 1: 26.622 SOP 2: 12.623
Preço médio ponderado de exercício	N/A	SOP 1: R\$904,73 SOP 2: R\$680,84
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$967,34
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues	N/A	3.924.500,00
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	R\$832,66
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$967,34

31/12/2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	8,66	6,66
<b>Nº de membros remunerados</b>	0,00	6,66
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	N/A	12.070
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$800,51
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

31/12/2015		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>N° total de membros</b>	5,08	7,00
<b>N° de membros remunerados</b>	0,00	7,00
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	N/A	1.725
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$761,22
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A



### **13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

#### **(a) modelo de precificação**

O modelo utilizado pela Companhia para precificação das opções outorgadas a seus administradores é o modelo Black & Scholes, que considera em seu racional de cálculo as seguintes informações: volatilidade, dividendo esperado, taxa de retorno livre de risco e valor justo da opção na data da concessão. Este faz as seguintes suposições explícitas: (i) é possível emprestar e tomar emprestado a uma taxa de juros livre de risco constante e conhecida; (ii) o preço segue um movimento Browniano geométrico com tendência (*drift*) e volatilidade constantes; (iii) não há custos de transação; e (iv) não há restrições para a venda a descoberto. A metodologia de cálculo e as premissas adotadas são aderentes ao CPC 10.

#### **(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

##### Primeiro Plano

Preço de exercício da Opção: R\$800,51 por ação corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA, acrescida em 5,0% ao ano.

##### Segundo Plano

Preço de exercício da Opção: R\$647,96 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA.

##### Terceiro Plano

Preço de exercício da Opção: R\$967,39 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA.

#### **(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

Para as opções a Companhia mensura o valor justo dos direitos sobre a valorização de ações, mediante a aplicação do modelo Black & Scholes de precificação de opções na data de concessão, registrando tal despesa como despesas gerais e administrativas ao longo do período de carência das opções.

O modelo Black & Scholes considera em seu racional matemático as seguintes premissas: preço de compra da opção, preço de venda da opção, preço da ação no momento atual, preço do exercício, taxa de juros livre de risco, tempo para vencimento da opção (expresso em anos) e volatilidade do preço da ação.

Exceto se de outra forma determinado, qualquer opção apenas poderá ser exercida (a) na exata extensão em que o direito a exercício for adquirido, e (b) na ocorrência de um dos seguintes eventos: (i) Venda da Companhia, ou (ii) consumação do IPO. Estas são as duas possibilidades de exercício e o pagamento das ações subscritas e/ou adquiridas em conformidade com opção

outorgada nos termos do plano. O pagamento será efetuado à vista mediante o exercício das opções, com fundos de disponibilidade imediata.

**(d) forma de determinação da volatilidade esperada**

A volatilidade estimada foi calculada com base na volatilidade histórica de ações de empresas de varejo na bolsa de valores do Brasil.

**(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Todos os critérios utilizados na mensuração do valor justo das opções foram descritos anteriormente.

### **13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão**

Não aplicável, tendo em vista que não havia ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal na data de encerramento do último exercício social.

### **13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários.

**13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017		
Valores anuais	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,00	10,33	0,00
Nº de membros remunerados	8,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração (Reais)	2.987.695,32	0,00	0,00
Valor da menor remuneração (Reais)	855.026,34	0,00	0,00
Valor médio da remuneração (Reais)	1.415.162,35	0,00	0,00
Observação	-	-	-

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016		
Valores anuais	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Nº total de membros	6,66	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	6,66	0,00	0,00

Valor da maior remuneração (Reais)	2.729.385,40	0	0
Valor da menor remuneração (Reais)	782.718,20	0	0
Valor médio da remuneração (Reais)	1.364.277,48	0	0
Observação	-	-	-

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015		
Valores anuais	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	7,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração (Reais)	1.799.269,02	0	0
Valor da menor remuneração (Reais)	542.813,77	0	0
Valor médio da remuneração (Reais)	941.854,87	0	0
Observação	-	-	-

### **13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

**13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

Não aplicável, visto que nenhum dos membros do conselho de administração recebe qualquer remuneração, bem como nenhum dos membros da diretoria é parte relacionada aos controladores.



**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais.

**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

Não aplicável, visto que nenhuma remuneração de administradores da Companhia é reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, das sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia.

### **13.16 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 13.